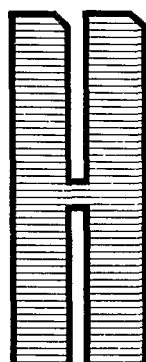




**ASSEMBLÉIA**



**República Federativa do Brasil**

**NACIONAL CONSTITUINTE**

**DIÁRIO**

ANO I — SUPLEMENTO AO Nº 61

SÁBADO, 16 DE MAIO DE 1987

BRASÍLIA — DF

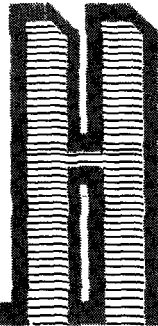
**ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**

**Sugestões Apresentadas**

**DE 4001 A 5000**



# ASSEMBLÉIA



# República Federativa do Brasil

# NACIONAL CONSTITUINTE

## DIÁRIO

ANO I — SUPLEMENTO AO Nº 61 SÁBADO, 16 DE MAIO DE 1987

BRASÍLIA — DF

## ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

### SUGESTÕES APRESENTADAS DE CONSTITUINTES

ALEXANDRE COSTA (PFL) — Sugere a obrigatoriedade da prestação do serviço militar, salvo quando haja alegação de imperativo de consciência. Nº 4783

Sugere a todos os residentes no País, e desde o instante da concepção, *garantia constitucional* dos direitos à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. Nº 4785

Sugere dispositivo sobre a autonomia municipal. Nº 4786

AMARAL NETTO (PDS) — Sugere norma dispo<sup>ndo</sup> sobre a assistência e o amparo ao idoso. Nº 4778

Sugere que a pensão devida à mulher aposentada continue sendo paga ao cônjuge varão sobrevivente, e, na sua falta, aos filhos do casal conforme previsto na lei. Nº 4779

Sugere que os proventos de aposentadoria e de reforma, assim como as pensões devidas pelos órgãos oficiais, sejam reajustados sempre que ocorrerem modificações no valor do salário mínimo. Nº 4780

ANTONIO SALIM CURIATI (PDS) — Sugere norma sobre a liberdade de iniciativa privada. Nº 4207

Sugere que sejam criados os "Conselhos de iguais oportunidades" para funcionar junto a fábricas, usinas, sindicatos, empresas e centros comunitários. Nº 4208

Sugere norma sobre as condições para o controle acionário de empresas jornalísticas. Nº 4209

Sugere normas sobre preservação e equilíbrio ecológico. Nº 4210

Sugere dispositivos sobre uso e ocupação do solo. Nº 4211

Sugere seja assegurada a recomposição do poder aquisitivo de salários e vencimentos, segundo os princípios que estabelece. Nº 4212

Sugere a extensão do benefício da licença-gestante à mãe adotante. Nº 4213

Sugere norma que disponha sobre aposentadoria por tempo de serviço para os trabalhadores que exerçam atividades perigosas, insalubres ou penosas. Nº 4214

Sugere norma que disponha sobre isenção de IPI e ICM para caminhões, adquiridos por transportadores autônomos e para máquinas agrícolas. Nº 4215

Sugere que a União indique a majoração percentual da tarifa do transporte coletivo urbano dos Municípios. Nº 4216

Sugere norma sobre a *destinação constitucional* das Forças Armadas. Nº 4217

Sugere a gratuidade dos transportes urbanos para idosos com mais de 60 anos. Nº 4218

Sugere sejam concedidos benefícios aos combatentes que participem de operações de guerra. Nº 4219

Sugere dispositivo sobre a municipalização de multas de trânsito relativas a infrações cometidas em vias públicas municipais. Nº 4220

Sugere norma sobre concessão de desconto nas tarifas de transportes coletivos intermunicipais para idosos. Nº 4221

Sugere norma sobre os deveres do Estado quanto ao controle da natalidade, e sobre o direito dos pais relativo ao planejamento familiar. Nº 4222

Sugere norma que disponha sobre benefícios fiscais na área do Imposto de Renda, concedidos com fins educacionais. Nº 4223

Sugere norma sobre o aproveitamento nas Polícias Estaduais de contingente alistado no serviço militar. Nº 4224

Sugere que o auxílio-natalidade seja devido ao segurado apenas pelo nascimento dos dois primeiros filhos. Nº 4225

Sugere que as Escolas Federais, Estaduais Municipais mantenham, em seus quadros funcionais, profissionais especializados em atendimento de saúde. Nº 4226

Sugere que seja concedida subvenção aos casais que acolherem menores abandonados, carentes ou órfãos. Nº 4227

Sugere normas dispo<sup>ndo</sup> sobre a aposentadoria do funcionário público. Nº 4228

Sugere que a União regule a propaganda, a publicidade e a comunicação visual ao ar livre. Nº 4229

Sugere seja garantida a livre iniciativa em todos os setores da produção e de serviços, exceto naqueles ligados à segurança nacional. Nº 4230

Sugere que seja concedido desconto de 30% (trinta por cento) nas tarifas de passagens de transportes coletivos interestaduais para idosos com mais de 60 anos de idade. Nº 4232

ARNALDO PRIETO (PFL) — Sugere norma sobre a composição do Ministério Público da União. Nº 4715

ARTENIR WERNER (PDC) — Sugere o arquivamento público de documentos oficiais em mãos de particulares. Nº 4383

Sugere dispositivos que assegurem aos deficientes a melhoria de sua condição econômica e social. Nº 4394

Sugere que o ensino seja obrigatório e gratuito para menores de até quatorze anos de idade e dá outras providências. Nº 4395

Sugere seja publicado mensalmente, nos meios de comunicação de massa, a remuneração auferida pelos ocupantes de cargos públicos eletivos, de ministros, secretários de es-

tado, secretários municipais, diretores de empresas públicas e titulares do Poder Judiciário e tribunais de contas. Nº 4396

Sugere que sejam estáveis os atuais servidores da administração direta e autárquica da União, dos Estados e dos municípios que à data da promulgação da Constituição contem, pelo menos, 5 anos de serviço, independente da forma de proventos. Nº 4397

Sugere seja o serviço militar facultativo e que profissionalize seus integrantes. Nº 4398

Sugere seja facultado aos juízes substituir as penas privativas de liberdade ou pecuniárias por trabalho comunitário, nas condições que estabelece. Nº 4399

Sugere que seja assegurada ao produtor rural a garantia de lucro que renumere sua atividade. Nº 4400

Sugere seja concedida, em caso de morte, assistência jurídica à família do trabalhador pobre. Nº 4401

Sugere que o direito de voto seja concedido aos militares. Nº 4402

Sugere que os cargos públicos sejam acessíveis mediante concurso de provas ou de provas e títulos, nas condições que estabelece. Nº 4403

**BRANDÃO MONTEIRO (PDT)** — Sugere norma que assegure a qualquer cidadão o direito de ser parte legítima para propor ação de inconstitucionalidade das leis. Nº 4364

Sugere que seja dever do Estado proteger a paisagem, o patrimônio histórico, artístico e cultural da Nação. Nº 4365

Sugere que o mar territorial do Brasil abranja uma faixa de 200 (duzentas) milhas marítimas de largura, que a soberania se estenda ao espaço aéreo acima do mar territorial, bem como ao leito e ao subsolo deste mar. Nº 4366

Sugere seja assegurada pelas Forças Armadas a defesa do Estado, na sociedade civil, nas condições que estabelece. Nº 4367

Sugere norma que disponha sobre o direito autoral, nas condições que especifica. Nº 4368

Sugere que as ações ordinárias e execuções, em tramitação na data da promulgação da Constituição, cujo valor não exceda a 20 (vinte) OTN, possam ser arquivadas a requerimento do autor, nas condições que estabelece. Nº 4369

Sugere norma sobre garantia para a atividade intelectual, artística e científica. Nº 4370

Sugere normas sobre os princípios fundamentais a serem adotados nas relações internacionais do Brasil. Nº 4371

Sugere norma que disponha sobre a concessão de indulto aos réus condenados à pena privativa de liberdade, inferior a um ano. Nº 4372

Sugere princípios gerais para a criação da Defensoria do Povo, nas condições que estabelece. Nº 4373

Sugere sejam assegurados aos trabalhadores proventos de aposentadoria equivalentes ao valor da remuneração percebida no mês da filiação; que se assegure aos bancários aposentadorias aos 25 anos de atividade ininterrupta. Nº 4374

Sugere a participação do trabalhador no lucro real da empresa e indica normas para preenchimento dos cargos de direção. Nº 4375

Sugere a proibição da censura prévia nas obras literárias, revistas e jornais, e que os filmes, espetáculos teatrais ou de qualquer natureza não sofram qualquer tipo de censura, salvo a etária. Nº 4376

Sugere norma que disponha sobre a proibição de banimento e extradição de brasileiros. Nº 4377

Sugere que ninguém seja obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei. Nº 4378

Sugere norma que disponha sobre o acesso de todos os cidadãos ao Poder Judiciário para defender direitos sociais e econômicos constantes das leis brasileiras. Nº 4379

Sugere norma que disponha sobre a garantia constitucional do mandado de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado por "habeas corpus". Nº 4380

Sugere que a tortura seja considerada crime inafiançável e imprescritível. Nº 4381

Sugere norma que disponha sobre o direito ao **habeas-data**. Nº 4382

Sugere norma que disponha sobre o direito de todos os brasileiros serem parte legítima para propor ação popular. Nº 4384

Sugere disposições gerais sobre o Poder Judiciário, direitos e garantias da magistratura, competência dos Tribunais e outras providências. Nº 4500

Sugere seja estruturado o Sistema financeiro nacional, constituído pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e demais instituições financeiras públicas e privadas. Nº 4501

Sugere norma sobre o direito à informação, sendo proibido o oligopólio dos meios de comunicação; que seja assegurado a todos o direito de resposta. Nº 4502

Sugere norma sobre o direito de locomoção e permanência no território nacional, respeitados os preceitos da lei. Nº 4503

Sugere normas relativas à saúde e ao meio ambiente. Nº 4504

Sugere norma dispondo sobre a liberdade de associação. Nº 4505

Sugere norma sobre o direito à constituição da família e sobre a igualdade de direitos e deveres entre o homem e a mulher, quanto à manutenção e educação dos filhos. Nº 4506

Sugere dispositivo assecuratório do livre exercício profissional. Nº 4507

Sugere que o cidadão possa se eximir da prestação do serviço militar, nas condições que estabelece. Nº 4508

Sugere seja assegurado a todos o direito ao **habeas-data**. Nº 4509

Sugere seja assegurado a todos o direito à educação e ao livre acesso ao patrimônio cultural. Nº 4510

Sugere descentralização da iniciativa econômica em poder do Estado. Nº 4511

Sugere disposições relativas aos subsídios de Deputados e Senadores. Nº 4512

Sugere seja assegurado a todos o direito à ação pública civil, nas condições que especifica. Nº 4513

Sugere norma sobre a perda de mandato por infidelidade partidária. Nº 4514

Sugere norma sobre a instituição, composição e competência do Conselho Constitucional do Estado. Nº 4515

Sugere normas estabelecendo as disposições preliminares da nova Constituição. Nº 4516

Sugere que o ensino seja livre à iniciativa particular, respeitadas as disposições legais, sendo vedado ao Estado a concessão de apoio financeiro ou privilégio às escolas privadas. Nº 4517

Sugere normas que assegurem o direito de asilo aos perseguidos políticos. Nº 4518

Sugere dispositivo que proíba o patrocínio de interesses não-sociais por parte de Deputados e Senadores. Nº 4519

Sugere seja proibida a extradição de estrangeiro acusado de crime político ou de opinião. Nº 4520

Sugere que qualquer cidadão e o Ministério Público sejam partes legítimas para propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público. Nº 4521

Sugere que os direitos e garantias assegurados pela Constituição tenham aplicação geral e imediata, na forma que estabelece. Nº 4522

Sugere que o fato gerador do Imposto de Renda, incidente sobre salário e proventos de qualquer natureza, não exceda o teto de contribuição previdenciária fixado para as respectivas categorias. Nº 4523

Sugere norma sobre a garantia constitucional do **habeas corpus**. Nº 4524

Sugere dispositivos sobre a inviolabilidade da correspondência e das comunicações. Nº 4525

Sugere norma que estabeleça a legalidade tributária e a capacidade do contribuinte. Nº 4526

Sugere norma que disponha sobre o processo e os atos judiciais, nos casos que especifica. Nº 4527

Sugere norma sobre o direito à informação, os crimes de imprensa, a publicação de livros e periódicos. Nº 4528

Sugere norma que assegure a todos o direito à cidadania e a gratuidade dos atos e ofícios que garantam o seu pleno exercício. Nº 4529

Sugere a criação do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica para reprimir o abuso do poder econômico e zelar pelos princípios da ordem econômica. Nº 4530

Sugere norma sobre o monopólio da União e a proibição dos contratos de risco para as atividades produtivas relacionadas com o petróleo, seus derivados e com gás natural. Nº 4531

Sugere dispositivos sobre a política agrária. Nº 4532

Sugere que a lei assegure rápido andamento dos processos na administração pública direta e indireta. Nº 4533

Sugere norma sobre o direito de acesso às informações registradas por entidades públicas e privadas. Nº 4534

Sugere que seja incluída no âmbito da competência exclusiva do Congresso Nacional a ratificação das operações da dívida interna e externa. Nº 4535

Sugere que se assegure ao trabalhador o direito de greve desde que sejam mantidos os serviços essenciais à comunidade. Nº 4536

Sugere que se assegure a participação dos trabalhadores na gestão das empresas estatais. Nº 4537

Sugere seja estabelecida prioridade para a produção agropecuária, atendendo em especial ao mercado interno. Nº 4538

Sugere seja estabelecida igualdade salarial absoluta entre os servidores ativos e inativos. Nº 4539

Sugere que a lei disponha sobre o regime de incentivos apropriados, para assegurar a eficácia das funções de fiscalização e arrecadação de tributos e contribuições. Nº 4663

Sugere norma que assegure a todos o direito à saúde. Nº 4665

Sugere medida para execução da Política Agrária. Nº 4666

Sugere norma sobre a Organização do Poder Judiciário. Nº 4667

Sugere que lei penal regule a individualização da pena e que retroaja em benefício do réu, dentro de um regime definido. Nº 4668

Sugere dispositivo sobre o direito à livre manifestação do pensamento e à liberdade religiosa, à assistência religiosa às forças armadas e forças auxiliares e nos estabelecimentos de instrução coletiva. Nº 4669

Sugere norma que estabeleça o princípio da reserva legal da pena e os direitos do preso. Nº 4670

Sugere competência exclusiva do Congresso Nacional para legislar sobre matéria financeira. Nº 4671

Sugere norma sobre a isenção e a alíquota do imposto de transmissão "causa mortis". Nº 4672

Sugere norma instituindo a Justiça Agrária. Nº 4673

Sugere que a União defina a política nacional de saúde, o controle sanitário dos portos e fronteiras e a coordenação de ações de abrangência nacional ou regionais. Nº 4674

Sugere que a lei regule a previdência privada e que lei complementar assegure a aposentadoria às donas-de-casa. Nº 4675

Sugere a criação de um fundo social que assegure o acesso acionário dos trabalhadores às empresas. Nº 4676

Sugere que os acionistas minoritários tenham assegurado o direito de participar na administração das empresas de economia mista. Nº 4677

Sugere norma sobre o processo e os atos judiciais. Nº 4678

Sugere que sejam mantidas a instituição e a soberania do júri, ampliando sua competência. Nº 4679

Sugere seja assegurada a reparação a todo cidadão que por ato da administração revolucionária ficou impedido de exercer sua profissão. Nº 4680

Sugere que os atos posteriores a 31 de março de 1964, referentes à violação dos direitos do cidadão, não possam ser subtraídos da apreciação do Poder Judiciário. Nº 4681

Sugere norma sobre a inviolabilidade da casa. Nº 4682

Sugere dispositivos sobre as prerrogativas do Presidente da República. Nº 4683

CARLOS CARDINAL (PDT) — Sugere que a lei complementar defina os casos e os prazos de inelegibilidade, nas condições que especifica. Nº 4898

Sugere que as propriedades de estrangeiros sejam reguladas de acordo com o interesse nacional, e dá outras providências. Nº 4899

Sugere a criação do Fundo Nacional de Reforma Agrária. Nº 4900

Sugere normas sobre sociedades cooperativas. Nº 4901

Sugere norma dispondo a suspensão e a perda do direitos políticos. Nº 4902

Sugere dispositivo sobre condições de elegibilidade. Nº 4903

Sugere que as terras devolutas da União, Estados e Municípios sejam destinadas, prioritariamente,

aos planos Nacionais de Reforma Agrária. Nº 4904

Sugere seja competência do Poder Legislativo legislar sobre matéria financeira. Nº 4905

Sugere limite mínimo para proventos de aposentadoria, conforme especifica. Nº 4906

Sugere dispositivos sobre a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida. Nº 4907

Sugere que seja monopólio da União a pesquisa, a lavra e o enriquecimento de minérios nucleares, conforme estabelece. Nº 4908

Sugere a liberdade de organização profissional e sindical. Nº 4909

Sugere que o município possa legislar supletivamente com o Estado sobre normas gerais e suplementares, quando a matéria for de interesse comum. Nº 4910

Sugere sejam os vereadores invioláveis, durante o mandato, por suas opiniões, palavras e votos. Nº 4911

Sugere que a fiscalização financeira dos municípios seja exercida pela Câmara Municipal, conforme estabelece. Nº 4912

Sugere que a criação do Tribunal de Contas municipal fique a critério dos municípios. Nº 4913

Sugere normas sobre a intervenção do Estado no município. Nº 4914

Sugere dispositivo sobre o direito do voto e do alistamento. Nº 4915

Sugere seja competência privativa do município a organização de distritos especiais, nas condições que especifica. Nº 4916

Sugere normas sobre proteção aos trabalhadores. Nº 4917

Sugere normas sobre o desenvolvimento da pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Nº 4918

Sugere sejam reconhecidos direitos culturais e territoriais dos povos indígenas, e seja assegurado o acesso desses povos à vida do País. Nº 4919

Sugere dispositivo sobre matéria da competência do legislativo municipal. Nº 4920

CARLOS COTTA (PMDB) — Sugere normas sobre eleições e mandatos, nas condições que estabelece. Nº 4772

Sugere seja vedado atribuir a titulares de quaisquer cargos públicos inclusive eletivos, além do vencimento ou subsídio, qualquer outra vantagem financeira, a qualquer título, com exceção dos cargos que enumera. Nº 4773

Sugere que o Imposto de Renda incida sobre a totalidade da remuneração atribuída aos magistrados, militares e parlamentares. Nº 4774

Sugere que os orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios destinem 10% (dez por cento) anuais para a educação, profissionalização, esporte e lazer dos menores caren-

tes e abandonados até a idade de 18 (dezoito) anos. Nº 4776

CARLOS SANT'ANNA (PMDB) — Sugere dispositivos sobre direitos e garantias individuais, conforme estabelece. Nº 4798

CARLOS VIRGÍLIO (PDS) — Sugere que sejam extintos os fundos de investimentos setoriais (FISSET), e dá outras providências. Nº 4890

CARREL BENEVIDES (PMDB) — Sugere que a fiscalização financeira e orçamentária da União seja exercida pelo Poder Legislativo, Tribunal Federal de Contas e pelo Sistema de Controle Interno do Executivo, nas condições que estabelece. Nº 4189

Sugere que toda decisão sobre privação de liberdade seja comunicada a um parente da pessoa detida, conforme estabelece. Nº 4843

Sugere que ninguém seja obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Nº 4844

Sugere norma que dispondo sobre a igualdade de todos perante a lei e dá outras providências. Nº 4845

Sugere que os pactos, tratados e acordos internacionais dependam de ratificação do Congresso. Nº 4846

Sugere seja a língua oficial do Brasil o português. Nº 4847

Sugere que as decisões judiciais sejam consonantes com os princípios contidos na Constituição especialmente nos casos em que a legislação seja omissa. Nº 4848

Sugere norma dispondo sobre o direito de herança. Nº 4849

Sugere seja da competência da União e dos Estados legislar sobre as matérias que enumera. Nº 4850

Sugere que os Estados, os Territórios, o Distrito Federal e os municípios possam ter símbolos próprios. Nº 4851

Sugere seja concluída, prioritariamente, a rodovia que menciona. Nº 4852

Sugere que a sociedade e os poderes públicos ampare os deficientes físicos ou mentais, principalmente os órfãos, os menores abandonados e os idosos. Nº 4853

Sugere a criação de um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado. Nº 4854

Sugere que a cidade de Brasília seja a capital do Brasil. Nº 4855

Sugere o combate ao abuso do poder econômico e a defesa dos interesses da Nação, do povo e os direitos dos trabalhadores. Nº 4856

Sugere disposições preliminares relativas à soberania, à república e ao parlamentarismo fundado no trabalho. Nº 4857

Sugere norma dispondo sobre a concessão do direito de voto aos cabos e soldados das

polícias militares e dos corpos de bombeiros. Nº 4858

Sugere norma definindo os símbolos nacionais. Nº 4859

Sugere que todos os necessitados tenham direito à justiça e à assistência judiciária pública, e que a União e os Estados mantenham quadros de defensores públicos, conforme especifica. Nº 4860

Sugere seja facultativo o exercício do voto. Nº 4861

Sugere que todo poder emane do povo e seja exercido em seu nome e para seu bem, nos termos da Constituição. Nº 4862

Sugere norma sobre a nomeação dos membros do Ministério Público. Nº 4863

Sugere que o mandato do Presidente da República seja de cinco anos e o dos governadores e prefeitos, de quatro anos. Nº 4864

Sugere proteção da sociedade e do Estado à infância, à juventude, à maternidade e à velhice. Nº 4865

Sugere que a pessoa condenada pela prática de homicídio doloso perca 25% de seu patrimônio em favor dos dependentes e herdeiros da vítima. Nº 4866

Sugere que seja assegurado o direito de greve aos trabalhadores e aos servidores públicos civis. Nº 4867

Sugere sejam assegurados à mulher trabalhadora gestante, os direitos que enumera. Nº 4868

Sugere sejam assegurados aos filhos os mesmos direitos e deveres, independentemente do estado civil dos genitores. Nº 4869

Sugere que sejam incluídos entre os bens da União os recursos do subsolo, o espaço aéreo e a faixa de fronteira de cem quilômetros de largura. Nº 4870

Sugere disposições preliminares relativas à federação, à democracia e ao parlamentarismo. Nº 4871

Sugere sejam estabelecidas normas para a dispensa do trabalhador. Nº 4872

Sugere sejam vedados a pena de morte, a prisão perpétua, os trabalhos forçados e o banimento. Nº 4873

Sugere sejam concedidos aos Estados todos os poderes que expressamente não lhes sejam vedados pela Constituição. Nº 4874

Sugere que os trabalhadores que percebem até dois salários mínimos sejam isentos de contribuição para a Previdência Social, e que os trabalhadores rurais recebam os mesmos benefícios que os urbanos. Nº 4875

Sugere sejam assegurados aos trabalhadores rurais os mesmos direitos garantidos aos trabalhadores urbanos. Nº 4876

Sugere que caiba à União organizar e manter a Procuradoria-Geral de Justiça, a Procurado-

ria-Geral da União e a Defensoria Pública da União. Nº 4877

Sugere que sejam brasileiros natos os nascidos em território nacional, e dá outras providências relativas à nacionalidade brasileira. Nº 4878

CHICO HUMBERTO (PDT) — Sugere indenização de 15% (quinze por cento) pelas hidrelétricas ao município em cujas áreas estejam localizadas bacias de inundação. Nº 4191

Sugere que o ensino seja público, gratuito, unificado e obrigatório para todos, incluindo habilitação para exercício e aprendizagem de uma atividade profissional. Nº 4192

Sugere percentual a ser aplicado no ensino público, conforme estabelece. Nº 4193

Sugere que a educação seja um direito de todos, uma obrigação do Estado, que vise o desenvolvimento do cidadão e o aprimoramento das idéias de solidariedade e liberdade. Nº 4194

Sugere normas sobre o livro didático de 1º e 2º graus, e que neles não haja discriminação contra a mulher, o negro e as minorias. Nº 4195

Sugere que o ensino seja livre à iniciativa privada desde que atendidas as exigências legais. Nº 4196

Sugere que o Governo garanta às nações indígenas o acesso aos serviços de saúde, bem como sua participação na gestão e controle dos mesmos. Nº 4197

Sugere e disciplina a criação do Estado do triângulo. Nº 4198

CUNHA BUENO (PDS) — Sugere a criação de matriz energética de âmbito nacional. Nº 4981

Sugere que o imposto devido por pessoa física ou jurídica possa ser compensado na forma que estabelece. Nº 4982

Sugere disposições sobre a ordem econômica e social. Nº 4983

Sugere dispositivos sobre preservação ambiental e defesa do equilíbrio ecológico. Nº 4984

Sugere norma sobre o ingresso no serviço público. Nº 4985

Sugere sejam preservados os direitos dos ex-combatentes brasileiros. Nº 4986

Sugere que se estabeleça salvaguarda constitucional para garantir os reajustes periódicos e necessários dos benefícios pagos pela Previdência Social. Nº 4987

Sugere diretrizes para a política nacional de saúde. Nº 4988

Sugere seja facultativo ensino religioso, na forma que determina. Nº 4989

Sugere dispositivo sobre incentivo à proteção de áreas florestais. Nº 4990

Sugere que os municípios considerados turísticos recebam dos Estados recursos na proporção de sua população flutuante. Nº 4991

Sugere que qualquer cidadão seja parte legítima para propor ação popular que vise anular atos ilegais. Nº 4992

Sugere dispositivos sobre a demarcação de terras indígenas. Nº 4993

Sugere dispositivo sobre a indenização em casos de desapropriação de terras. Nº 4994

Sugere isenção fiscal para propriedades de interesse público. Nº 4995

Sugere que o município, o Estado e a União só possam desapropriar terras mediante prévia autorização legislativa. Nº 4996

Sugere seja concedida aposentadoria no valor de um salário mínimo aos maiores de setenta anos, independentemente de prova de recolhimento de contribuição previdenciária. Nº 4997

Sugere que os proventos da aposentadoria correspondam aos da atividade. Nº 4998

DEL BOSCO AMARAL (PMDB) — Sugere normas sobre a organização e associação sindical. Nº 4202

Sugere sejam adotados, pelo Brasil, os princípios constantes da declaração universal dos direitos do homem aprovada pela ONU. Nº 4203

Sugere normas dispondo sobre a proteção aos idosos. Nº 4204

Sugere que a lei proíba a pena de morte e de banimento, e disponha sobre a prisão perpétua, e a perda de bens nos casos que menciona. Nº 4205

Sugere norma que assegure a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. Nº 4206

Sugere que os proventos da aposentadoria de trabalhador de qualquer natureza, público ou privado, nunca sejam inferiores aos percebidos na atividade. Nº 4784

DIVALDO SURUAGY (PFL) — Sugere sejam de interesse nacional e prioritário a exploração, a produção e o consumo de combustíveis líquidos ou de fontes energéticas renováveis. Nº 4176

DOMINGOS JUVENIL (PMDB) — Sugere que os rendimentos do trabalho assalariado fiquem isentos de tributação. Nº 4921

Sugere que a União aplique percentual da receita total do Tesouro Nacional em planos de desenvolvimento da região Norte, nos termos que estabelece. Nº 4922

Sugere que o poder público crie o fundo nacional de combate à hanseníase, conforme estabelece. Nº 4923

Sugere limite de remuneração para os servidores públicos. Nº 4924

DOMINGOS LEONELLI (PMDB) — Sugere norma que proíba a veiculação de informações ou imagens, pelos canais de comunicação de massa, que atentem contra os valores morais, espirituais ou culturais da comunidade negra, ou de qualquer segmento racial ou religioso da sociedade brasileira. Nº 4177

Sugere que o Estado assegure aos negros e aos indígenas compensação que lhes garanta igualdade econômica, social e cultural. Nº 4178

Sugere que seja direito das mulheres integrar o quadro profissional das Forças Armadas sem restrição à carreira. Nº 4179

Sugere seja competência do Poder Legislativo decidir sobre matéria que trata da segurança nacional. Nº 4180

Sugere que sejam concedidos o direito de voto e o de militância partidária a todos os brasileiros, inclusive aos militares de qualquer patente. Nº 4181

Sugere que o Estado promova o fornecimento gratuito de um exemplar da Constituição federal a todos os eleitores brasileiros. Nº 4182

Sugere que a realização de investimentos, despesas ou qualquer gastos públicos sejam informados pelos órgãos públicos competentes às entidades coletivas e às organizações populares legalmente constituídas. Nº 4183

Sugere se assegure o princípio da isonomia e seja punida qualquer forma de discriminação. Nº 4184

Sugere dispositivo de garantia de propriedade de terreno urbano na forma e prazo estabelecidos pela lei. Nº 4185

Sugere dispositivo de garantia de propriedade de terreno urbano, na forma e prazo estabelecidos pela lei. Nº 4186

Sugere que se assegure aos sindicatos, associações comunitárias e entidades civis que não visem lucro o direito de requisitar à União a concessão de canais de rádio e televisão. Nº 4187

Sugere que se assegurem aos trabalhadores rurais todos os direitos e benefícios assegurados aos trabalhadores urbanos. Nº 4188

EDISON LOBÃO (PFL) — Sugere que a União destine 8% (oito por cento) de sua arrecadação tributária a programas de desenvolvimento Econômico das regiões Norte e Nordeste. Nº 4840

Sugere a criação da companhia do desenvolvimento do Vale do Rio Parnaíba, nas condições que estabelece. Nº 4841

Sugere seja vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir os impostos que enumera. Nº 4842

ENOC VIEIRA (PFL) — Sugere seja competência da União explorar os serviços de transportes coletivos rodoviários interestaduais e internacionais de passageiros, as vias férreas

e os serviços de navegação marítima. Nº 4750

FARABULINI JÚNIOR (PTB) — Sugere que sejam crimes de reponsabilidade os atos do Presidente que atentem contra a Constituição Federal, nas condições que enumera. Nº 4796

Sugere seja competência da União legislar sobre a organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares, e dá outras providências. Nº 4797

FLAVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB) — Sugere que o poder público incentive e apóie as empresas que mantenham em funcionamento escolas técnicas para a formação profissional. Nº 4944

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB) — Sugere que no caso de morte do segurado ou segurada da Previdência Social o cônjuge sobrevivente tenha direito à correspondente pensão. Nº 4165

Sugere a isenção de emolumentos e taxas de registros civis ao cidadão pobre. Nº 4166

Sugere que os direitos e garantias assegurados pela Constituição às pessoas físicas sejam estendidos às pessoas jurídicas. Nº 4167

Sugere norma disciplinando a edição de decretos-leis pelo Presidente da República. Nº 4168

Sugere seja o direito de voto do membros do Congresso Nacional pessoal e indelegável. Nº 4169

Sugere que os tributos tenham caráter pessoal e sejam graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte. Nº 4170

Sugere norma sobre o mandato de segurança e o "habeas corpus". Nº 4171

Sugere dispositivo sobre tributos. Nº 4172

Sugere que o exercício do poder de polícia e a fiscalização tributária sejam efetuados com o menor ônus possível, assegurando-se ao contribuinte completo ressarcimento pelos custos incorridos em sua defesa, nas condições que estabelece. Nº 4173

Sugere seja competência da União legislar sobre direito civil, comercial, penal, urbanístico, registros públicos e notariais, águas, telecomunicações, informática, serviço postal, jazidas, minas, desapropriação, tráfego e trânsito e outros que menciona. Nº 4174

FRANCISCO SALES (PMDB) — Sugere dispositivos sobre a proteção do meio ambiente. Nº 4291

Sugere que leis complementares estabeleçam as normas gerais disciplinadoras da contratação de operações financeiras por parte dos Estados e Municípios. Nº 4292

Sugere norma sobre a disciplina partidária e a perda do mandato eletivo. Nº 4293

Sugere normas de proteção aos menores abandonados e carentes. Nº 4294

Sugere que lei complementar estabeleça os casos de inelegibilidade, nas condições que especifica. Nº 4295

Sugere seja competência dos Estados legislar sobre a organização armamento, efetivos, instrução e justiça das polícias militares e dos corpos de bombeiros. Nº 4296

Sugere norma sobre a organização da justiça militar estadual. Nº 4297

Sugere dispositivo sobre a composição dos Tribunais Federais e dos Tribunais de Justiça dos Estados, nas condições que especifica. Nº 4298

Sugere a isenção de imposto territorial rural na Amazônia Legal, nas condições que estabelece. Nº 4299

Sugere que, findo o prazo da moratória, os instrumentos de renegociação da dívida externa brasileira, de responsabilidade da União, sejam submetidos à apreciação do Poder Legislativo. Nº 4300

Sugere seja da competência do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Presidente da República a iniciativa das leis que criem cargos, funções ou empregos públicos, fixem ou aumentem vencimentos e vantagens dos servidores públicos ou aumentem despesas públicas. Nº 4301

Sugere que caiba exclusivamente ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a iniciativa de leis sobre matéria financeira e orçamentária. Nº 4302

Sugere que a mineração, depois de explorada, dê origem a novas atividades econômicas permanentes. Nº 4303

Sugere norma que disponha sobre o mandato e as eleições para Presidente da República, Governadores e Prefeitos. Nº 4304

Sugere que, durante o prazo da moratória, a União assumira a responsabilidade pelo pagamento da dívida externa contraída pelos Estados e Municípios, nos termos que estabelece. Nº 4305

Sugere que fique suspenso, por prazo determinado, o pagamento do principal e os juros da dívida externa brasileira, incluindo-se os débitos externos contraídos pelos Estados e Municípios. Nº 4306

Sugere dispositivo sobre a discussão e votação do projeto de orçamento da União pelo Congresso Nacional. Nº 4307

Sugere que o poder dos órgãos partidários emane do filiado e em seu nome seja exercido. Nº 4308

Sugere norma que disponha sobre o desempenho da função social da propriedade agrária, nas condições que estabelece. Nº 4309

Sugere sejam eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos, incluindo os militares, alistados na forma da lei. Nº 4310

Sugere normas de organização da advocacia do Estado. Nº 4311

Sugere normas sobre a defesa do Estado, da sociedade e sua segurança, nas condições que especifica. Nº 4312

Sugere a prorrogação do programa especial de desenvolvimento para o Estado de Rondônia. Nº 4313

Sugere a criação do contencioso administrativo agrário para decidir os litígios do meio rural. Nº 4316

FURTADO LEITE (PFL) — Sugere Disposições sobre a eleição para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas pelo sistema distrital misto, segundo o princípio majoritário. Nº 4716

GENEBALDO CORREIA (PMDB) — Sugere normas dispoendo sobre a organização, as competências e as atribuições do Poder Judiciário. Nº 4822

GERSON CAMATA (PMDB) — Sugere norma, que disponha sobre os direitos e a defesa do consumidor. Nº 4717

Sugere o percentual da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias a ser destinado aos Estados e Municípios. Nº 4718

Sugere norma sobre o processo legislativo referente a emendas à Constituição, na forma que estabelece. Nº 4719

Sugere seja competência dos Municípios instituir impostos sobre minerais. Nº 4720

Sugere seja competência da União prover a censura de diversões públicas, diretamente ou por delegação de poderes aos Estados e Municípios. Nº 4721

Sugere que a organização da economia nacional presuponha a realização do bem comum e o desenvolvimento social. Nº 4722

Sugere norma que consagre o princípio da reelegibilidade dos mandatários do Poder Executivo em todos os níveis, e que fixe a duração dos respectivos mandatos. Nº 4723

Sugere norma que disponha sobre a liberdade de associação. Nº 4724

Sugere norma sobre as eleições para os titulares do Poder Executivo em todos os níveis. Nº 4725

Sugere que os Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios possam ter seus próprios símbolos, bandeiras, armas e hinos. Nº 4726

Sugere que lei especial discipline o processo de audiência e assegure ao cidadão o direito de acesso aos assentamentos sobre sua pessoa, na forma que estabelece. Nº 4727

Sugere a disposição, em Lei Complementar, de exigências para a criação de Municípios. Nº 4728

Sugere que seja competência dos Municípios instituir imposto sobre minerais de incidência única. Nº 4730

Sugere norma que disponha sobre a renumeração das polícias militares. Nº 4731

Sugere que toda empresa pública, com similar na iniciativa privada, que não apresentar lucro nos dois anos subseqüentes à promulgação da Constituição seja liquidada no prazo de cento e vinte dias a contar da data da publicação do último balanço. Nº 4732

Sugere prazo de posse para Governadores e Vice-Governadores. Nº 4733

Sugere que toda propriedade rural cumpra obrigatoriamente função social para a coletividade. Nº 4734

Sugere seja instituído, na competência tributária dos Estados e do Distrito Federal, o Imposto sobre Doações e Sucessões, nas condições que estabelece. Nº 4735

Sugere seja vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir imposto nos casos e condições que estabelece. Nº 4736

Sugere que a lei assegure a todo cidadão o direito de informação de privacidade e de defesa quando afetada a sua individualidade. Nº 4737

Sugere o princípio da igualdade de todos perante a lei, e o da responsabilidade pelo exercício efetivo dessa igualdade, nos limites definidos em lei. Nº 4738

Sugere prazo para o Congresso Nacional regulamentar dispositivos que dependam de Lei Complementar, e dá outras providências. Nº 4739

Sugere sejam definidas em lei a concessão e a regulamentação dos meios de comunicação, evitados os monopólios e oligopólios; que o estado fomenta, sem prejuízo da iniciativa privada, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, nas condições que estabelece. Nº 4740

Sugere norma que disponha sobre a concessão do direito de voto aos militares. Nº 4741

Sugere normas sobre a composição, organização e competência do Tribunal Constitucional. Nº 4742

Sugere dispositivos sobre a ordem econômica. Nº 4743

Sugere norma sobre a arrecadação de tributos, sobre a competência tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sobre os orçamentos públicos e o sistema financeiro. Nº 4745

Sugere seja competência dos Estados legislar sobre a exploração dos canais de rádio e televi-

são com transmissão e abrangência definidas. Nº 4746

Sugere seja destituído do cargo o Ministro de Estado que receber voto de desconfiança do Congresso Nacional, nas condições que estabelece. Nº 4747

Sugere dispositivo sobre a proposta do orçamento público e o controle do mesmo pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de contas da União. Nº 4748

GIL CESAR (PMDB) — Sugere novo ordenamento constitucional para as regiões metropolitanas. Nº 4714

GONZAGA PATRIOTA (PMDB) — Sugere que os Municípios promovam a criação de uma rede de assistência materno-infantil, bem como uma rede de creches e de infra-estrutura de apoio à família. Nº 4462

Sugere que a sociedade e o Estado protejam os menores órfãos e abandonados, concedendo-lhes amparo, alimentação, educação e saúde; que os pais carentes recebam ajuda do Estado e sejam responsabilizados civil e penalmente pelo abandono dos filhos. Nº 4463

Sugere que todos tenham direito de alegar imperativo de consciência para eximir-se da obrigação do serviço militar, nas condições que estabelece. Nº 4464

Sugere que seja garantido a todos o direito à moradia digna e adequada. Nº 4465

Sugere que seja assegurada assistência à maternidade, à infância, à adolescência e aos deficientes. Nº 4466

Sugere que seja assegurada a prestação pluralista do ensino. Nº 4467

Sugere norma sobre direitos e responsabilidades referentes a registros de informações pessoais; que seja facultada a ratificação ou a mudança de nomes pelos cartórios, na forma que estabelece. Nº 4468

Sugere norma sobre o provimento dos cargos iniciais da carreira de magistério. Nº 4469

Sugere seja assegurada aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Nº 4470

Sugere a obrigatoriedade de ensino escolar dos quatro aos quatorze anos de idade. Nº 4471

Sugere dispositivo sobre a aplicação do produto da arrecadação de imposto na educação. Nº 4472

Sugere normas sobre a concessão de anistia, nas condições que estabelece. Nº 4473

Sugere dispositivo sobre a liberdade de pensamento, de crença religiosa, de convicções políticas, ficando as diversões e espetáculos públicos sujeitos a leis de proteção da sociedade; que seja vedado o incitamento à guerra, à violência ou à discriminação de qualquer espécie, na forma que estabelece. Nº 4474

Sugere que a família, civil ou natural tenha direito à proteção do Estado e a efetivas condições de realização pessoal dos seus membros, igualdade de direitos e de deveres entre o homem e a mulher quanto à sociedade conjugal, ao pátrio poder e nos casos que especifica. Nº 4475

Sugere norma sobre o lazer e garantia à população das condições de segurança nos logradouros públicos, nos hospitais e nos imóveis residenciais. Nº 4476

Sugere seja dever do Estado a assistência à saúde da população, em geral, e da criança em particular. Nº 4477

Sugere norma assecuratória do direito ao pleno exercício da cidadania, na forma que estabelece. Nº 4478

Sugere que os direitos e garantias constantes da Constituição tenham aplicação imediata. Nº 4479

Sugere o princípio da igualdade de todos perante a lei, na forma que especifica; que o poder público vise à efetiva realização da igualdade social, econômica e educacional. Nº 4480

Sugere norma sobre os direitos individuais, a tortura e a violência contra a criança e o adolescente, na forma que estabelece. Nº 4481

Sugere que todos tenham direito à participação nas decisões do Estado e no aperfeiçoamento de suas instituições, nas condições que especifica. Nº 4482

Sugere que haja democratização, profissionalização, descentralização da educação e demais dispositivos que enumera. Nº 4483

Sugere seja a educação direito de todos e dever do Estado e dos Pais, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e à formação do cidadão. Nº 4484

Sugere proteção especial aos adolescentes, como o acesso ao ensino à cultura, ao trabalho, à formação profissional e à educação física. Nº 4485

Sugere seja dever dos pais matricular seus filhos na escola a partir dos 4 (quatro) anos de idade. Nº 4486

Sugere normas que disponham sobre a igualdade de direitos entre os cidadãos e a eliminação de qualquer tipo de discriminação, nas condições que especifica. Nº 4487

Sugere que não seja permitido o internamento de crianças e adolescentes em instituições públicas ou privadas, exceto quando esgotados todos os esforços de atendimento através da família substituta e as alternativas de atendimento em meio aberto. Nº 4488

Sugere que a educação, direito de todos e dever do Estado, vise ao pleno desenvolvimento da pessoa dentro dos ideais de defesa da democracia, do aprimoramento dos direi-

tos humanos, da liberdade e da convivência solidária. Nº 4489

Sugere que seja assegurado a todos o direito à saúde e prestada assistência integral à mulher e à família. Nº 4490

Sugere seja assegurada a assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes e que os menores órfãos e abandonados tenham proteção especial do Estado. Nº 4491

Sugere seja assegurado a todos o direito à seguridade social. Nº 4492

Sugere vinculação da atividade doméstica ao sistema de seguridade social. Nº 4493

Sugere que o Estado preste assistência à maternidade e à paternidade, desde o nascimento dos filhos, e que o trabalhador urbano e o rural tenham os mesmos direitos previdenciários. Nº 4494

Sugere preceitos que disponham sobre os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nº 4496

HÉLIO DÚQUE (PMDB) — Sugere medidas de proteção aos consumidores e às empresas privadas nacionais. Nº 4751

Sugere a obrigatoriedade do Estado de valorizar o patrimônio cultural da sociedade. Nº 4752

Sugere seja vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir ou aumentar tributos sem que lei o estabeleça, e sem que seja comprovada e eficácia da arrecadação. Nº 4753

HUMBERTO LUCENA (PMDB) — Sugere que o ensino seja público e gratuito em todos os níveis e que a escola particular dependa de autorização do Estado, nos termos que a lei definir. Nº 4404

Sugere seja competência exclusiva do Congresso Nacional a decisão definitiva sobre tratados, convenções e atos internacionais. Nº 4405

Sugere que o exercício de poderes certos e determinados possa ser atribuído a organizações de direito internacional público, desde que a aprovação do tratado se efetue pelo mesmo processo e com o mesmo **quorum** previstos para a emenda à Constituição. Nº 4406

Sugere que todos tenham direito à proteção do Estado, que lhes garantirá segurança individual. Nº 4407

Sugere dispositivos sobre as matérias de competência do Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República. Nº 4408

Sugere que a União, os Estados e os Municípios destinem sete por cento das respectivas receitas tributárias à área de saúde. Nº 4409

Sugere dispositivos que regulem as condições de apresentação e de aprovação de emendas à Constituição. Nº 4410



Sugere que os eleitos para cargos do Poder Executivo não possam ser nomeados para cargo e funções de que sejam demissíveis "ad nutum". Nº 4411

Sugere que o limite de idade permitido para inscrição em concurso público seja de 18 a 50 anos. Nº 4412

Sugere que a União destine parte de seus investimentos à região Nordeste, nas condições que estabelece. Nº 4413

Sugere norma sobre os órgãos do Poder Judiciário. Nº 4414

Sugere que seja vedado o monopólio da União sobre registros públicos, juntas comerciais e tabelionatos, nas condições que estabelece. Nº 4415

Sugere disposições relativas à competência do Congresso Nacional para discutir e votar o Plano Anual de Ação do Governo. Nº 4416

Sugere norma sobre o valor da aposentadoria ou da pensão a ser concedida ao trabalhador, na data do requerimento do benefício ou do óbito. Nº 4417

Sugere que seja assegurado a todo trabalhador o direito ao seguro-desemprego. Nº 4418

Sugere que seja assegurada aposentadoria ao trabalhador rural, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade para o homem e aos 60 (sessenta) para a mulher. Nº 4419

Sugere seja permitida acumulação de proventos no caso de aposentadoria por invalidez comprovada. Nº 4420

Sugere que a União aplique recursos financeiros de seu orçamento de capital nas Regiões Norte e Nordeste, nas condições que estabelece. Nº 4421

Sugere que o Orçamento da União destine dotação específica para o atendimento de linhas de crédito reservadas ao produtor rural. Nº 4422

Sugere norma sobre a competência do Supremo Tribunal Federal. Nº 4423

Sugere que o material didático utilizado nas escolas seja produzido em adequação à realidade social e local do aluno. Nº 4424

Sugere norma que disponha sobre as eleições para Presidente da República, governadores e prefeitos. Nº 4425

Sugere a arguição da inconstitucionalidade das leis, nas condições que especifica. Nº 4426

Sugere dispositivo que vede à União, aos Estados e aos Municípios conceder isenções de tributos relativos a cargos e funções do serviço público, profissões ou ofícios. Nº 4427

Sugere que os filmes nacionais e estrangeiros, para serem exibidos em circuito comercial ou nas emissoras de rádio e televisão, sejam clas-

sificados por um conselho comunitário nacional, segundo as faixas etárias dos espectadores. Nº 4428

Sugere dispositivo sobre a competência tributária dos Municípios. Nº 4429

Sugere que o ingresso no serviço público, em órgãos da administração direta ou indireta, federal, estadual ou municipal se faça somente mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, praticando crime de responsabilidade a autoridade administrativa que descumprir esta norma. Nº 4430

**IBSEN PINHEIRO (PMDB)** — Sugere que se considerem crimes inafiançáveis e insuscetíveis de anistia atos que visem ao cerceamento dos Poderes Legislativo e Judiciário; e delitos contra a humanidade e a tortura; que não seja objeto de deliberação proposta que queira abolir a federação e a República ou que queira revogar dispositivos de proteção ao estado democrático. Nº 4175

**IVO MAINARDI (PMDB)** — Sugere que os Estados apliquem, anualmente, cinco por cento da receita de seus impostos na implantação, manutenção e desenvolvimento de escolas de ensino técnico agropecuário. Nº 4255

Sugere norma que disponha sobre o funcionamento de todos os órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e outras providências. Nº 4256

Sugere norma que defina as partes legítimas para propor ação direta de declaração de inconstitucionalidade ou de interpretação de lei ou ato normativo do poder público. Nº 4257

Sugere norma que disponha sobre a gratuidade dos registros e certidões. Nº 4258

Sugere que seja assegurado aos trabalhadores rurais o mesmo regime trabalhista, previdenciário e assistencial e de aposentadoria dos demais trabalhadores. Nº 4259

Sugere seja suprimido do direito constitucional, como medida preventiva, o Conselho Nacional da Magistratura. Nº 4260

Sugere que a criação de Municípios seja regulamentada pelas constituições dos Estados. Nº 4261

Sugere que a admissão no serviço público, sob qualquer regime, dependa de aprovação em concurso. Nº 4262

Sugere que a criação de Estados e Territórios dependa de lei complementar e de consulta plebiscitária. Nº 4263

Sugere que a união, em matéria financeira, tributária e patrimonial, seja representada, judicial e extrajudicialmente, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Nº 4264

Sugere norma que disponha sobre a fixação de idade para aquisição de capacidade civil e responsabilidade penal. Nº 4265

Sugere normas sobre a organização dos Tribunais de Justiça. Nº 4266

Sugere que o Município corresponda obrigatoriamente a uma comarca, facultada a divisão desta em unidades ou circunscrições judiciárias territoriais. Nº 4267

Sugere seja facultado aos tribunais oferecer ao Poder Legislativo projetos de lei sobre matéria processual, nas condições que especifica. Nº 4268

Sugere que a ocupação de terras rurais tenha finalidade social e econômica. Nº 4269

Sugere dispositivo sobre a competência da Justiça do Trabalho para conciliar e julgar dissídios individuais e coletivos, nas condições que estabelece. Nº 4270

Sugere que os tribunais tenham competência para prover seus cargos e funções, nas condições que estabelece. Nº 4271

Sugere que a permanência nos cargos de Ministros dos Tribunais Superiores, de Juiz e de Desembargador não exceda a dez anos. Nº 4272

Sugere norma que estabeleça como bens dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios os lagos em terrenos de seu domínio, bem como os rios, as ilhas fluviais e lacustres, todas as terras devolutas e a plataforma continental respectiva. Nº 4273

Sugere que seja competência do Estado legislar sobre os recursos naturais sob seu domínio. Nº 4274

Sugere que os militares, graduados ou não, sejam alistáveis e elegíveis. Nº 4275

Sugere seja competência dos tribunais organizar seus serviços e prover os respectivos cargos, e outras providências. Nº 4276

Sugere que as promoções na magistratura e no Ministério Público sejam feitas, alternadamente, por antiguidade e merecimento, efetuadas pelos tribunais e pelas procuradorias-gerais ou órgãos superiores equivalentes. Nº 4277

Sugere sejam eleitores os brasileiros que, à data da eleição, contem dezesseis anos ou mais, alistados na forma da lei. Nº 4278

Sugere normas sobre a prestação do serviço militar, nas condições que estabelece. Nº 4279

Sugere que o ingresso em juízo e a tramitação dos processos independam do pagamento de taxas e custas, seja a que título for. Nº 4280

Sugere dispositivo sobre a instituição e a cobrança de tributos, nas condições que estabelece. Nº 4281

Sugere normas e princípios relativos à autonomia estadual e municipal. Nº 4282

Sugere normas sobre a prestação de serviço social às comunidades carentes pelos graduados em curso superior gratuito ou subvencionado. Nº 4283

Sugere que os Estados organizem seu Poder Judiciário e Ministério Público, assegurando-lhes autonomia financeira mediante dotação orçamentária. Nº 4284

Sugere que seja instituído o juizado de instrução criminal para os fins que especifica. Nº 4285

Sugere a criação do Fundo Nacional da Reforma Agrária e a fixação de limite de recursos para seu funcionamento. Nº 4286

Sugere norma sobre a organização e regulamentação do tabelionato e da função notarial, conforme estabelece. Nº 4287

Sugere seja fixada área rural máxima passível de apropriação por uma pessoa, física ou jurídica, nas condições que especifica. Nº 4288

Sugere dispositivo que regule a propriedade territorial, nas condições que estabelece. Nº 4289

Sugere normas sobre a organização e atribuições do Ministério Público da União, dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, nas condições que estabelece. Nº 4290

JORGE HAGE (PMDB) — Sugere limites para despesas da União e dos Estados com pessoal e dá outras providências. Nº 4051

Sugere que a remuneração máxima paga no serviço público em todos os níveis não ultrapasse a 70 (setenta) vezes o valor da remuneração mínima vigente, na mesma ocasião, esfera e poder. Nº 4052

Sugere que qualquer cidadão ou entidade possa denunciar corrupção ou mau uso do dinheiro público; que todos tenham direito à informação sobre os atos do Governo em todos os níveis, que sejam regulamentadas as licitações públicas, e que os crimes contra a administração pública sejam inafiançáveis. Nº 4053

Sugere que o Congresso Nacional possa realizar sessões de audiência pública para ouvir e debater, com entidades representativas da sociedade civil, assuntos de interesse nacional. Nº 4054

Sugere seja admitida a iniciativa popular no processo legislativo, nos casos que enumera, e dispõe sobre sua discussão e votação. Nº 4055

Sugere dispositivos sobre a apreciação da proposta orçamentária da União pelo Congresso Nacional. Nº 4056

Sugere seja assegurada a participação da população na elaboração da proposta orçamentária anual e plurianual, através dos meios que enumera. Nº 4057

Sugere que o Congresso Nacional aprecie e converta em lei as medidas normativas provisórias envolvendo matéria legal adotadas pelo Poder Executivo. Nº 4858

Sugere que cada uma das Casas do Congresso Nacional, no início da Legislatura, organize

e instale uma câmara de plantão permanente e comissões especializadas por assuntos ou áreas de interesse público, conforme estabelece. Nº 4059

Sugere que nenhuma norma legal, decorrente do processo legislativo, seja aprovada por decurso de prazo. Nº 4060

Sugere sejam aplicados aos deputados estaduais e vereadores os dispositivos da Constituição referentes a imunidades. Nº 4061

Sugere que a contribuição das empresas para a Previdência Social seja calculada sobre o seu faturamento, vedada qualquer forma de incidência proporcional à folha de salários. Nº 4062

Sugere que os Tribunais de Contas e órgãos equivalentes exerçam controle sobre os atos do Poder Executivo, e dispõe sobre a composição do Tribunal Federal de Contas. Nº 4063

Sugere normas sobre a eleição e posse do Presidente e Vice-Presidente da República. Nº 4064

Sugere inclusão de normas referentes à aplicação de recursos nos sistemas oficiais de ensino público e gratuito. Nº 4065

Sugere que os crimes sexuais sejam considerados crimes contra a pessoa humana e sujeitos às penas mais rigorosas. Nº 4066

Sugere sejam revogadas todas as normas que importem discriminação ou tratamento diferenciado da mulher em relação ao homem. Nº 4067

Sugere normas que assegurem ao trabalhador os direitos que enumera. Nº 4068

Sugere a participação do trabalhador na gestão e direção das empresas privadas, públicas e mistas que contêm mais de 500 (quinhentos) empregados. Nº 4069

Sugere normas sobre a aposentadoria por tempo de serviço e por velhice para os trabalhadores rurais. Nº 4070

JORGE UQUED (PMDB) — Sugere que a União assuma a responsabilidade do pagamento dos empréstimos dos Estados-membros contraídos com organismos internacionais. Nº 4754

Sugere a obrigatoriedade de autorização prévia do Congresso Nacional para realização de empréstimos internacionais. Nº 4755

Sugere a restituição aos aposentados de todo o prejuízo financeiro sofrido em decorrência da defasagem salarial nos últimos oito anos. Nº 4756

Sugere sejam elevados ao cargo de Juiz de Direito, os Juizes togados, nas condições que especifica. Nº 4757

Sugere que toda decisão de autoridade do Estado seja motivada. Nº 4758

Sugere que a Previdência Social seja privativa da União. Nº 4759

Sugere norma sobre a supremacia da lei sobre o cidadão. Nº 4760

Sugere a irredutibilidade dos proventos de aposentadoria. Nº 4761

Sugere a defesa da estatização do sistema financeiro. Nº 4762

Sugere garantia para a liberdade de ensino. Nº 4763

Sugere que a Previdência Social tenha administração tripartite, entre governo, empregados e empregadores. Nº 4764

Sugere isenção de tributos para os templos religiosos, escolas e partidos políticos. Nº 4765

Sugere que nenhuma rede de televisão possa ter mais de 1/3 (um terço) da verba publicitária do setor gasto anualmente. Nº 4766

JORGE VIANNA (PMDB) — Sugere que as instituições financeiras de direito privado só possam participar do capital de quaisquer sociedades com prévia autorização do Banco Central, conforme estabelece. Nº 4978

Sugere normas sobre arrecadação e restituição de receitas federais. Nº 4979

Sugere dispositivo sobre tarifas e taxas cobradas pela administração pública e por concessionárias e permissionárias de serviços públicos. Nº 4980

JOSÉ CAMARGO (PFL) — Sugere seja assegurado, em igualdade de condições, o direito de preferência do proprietário do solo, para a pesquisa e lavra do subsolo. Nº 4025

Sugere seja assegurado aos cônjuges ou companheiros igualdade de direitos e deveres; alterada a dissolução do casamento através do divórcio; regulamentando o instituto de reconhecimento da paternidade, da maternidade e da adoção. Nº 4026

Sugere seja garantido aos pais o direito de determinar o número de filhos que desejem ter, e que o Estado assegure o acesso às informações e aos métodos de controle de natalidade. Nº 4027

Sugere que a Constituição só entre em vigor após aprovação por plebiscito nacional. Nº 4028

Sugere a criação do Tribunal Constitucional, nas condições que estabelece. Nº 4029

Sugere caiba à mulher optar entre a maternidade e a contracepção. Nº 4030

Sugere seja assegurada a autonomia do júri popular. Nº 4031

Sugere seja de competência do Presidente da República e das duas Casas do Congresso a iniciativa das leis sobre os assuntos que enumera. Nº 4032

Sugere que a maioria civil seja aos 18 (dezoito) anos de idade e a responsabilidade penal aos 16 (dezesseis). Nº 4033

Sugere a criação e manutenção pelo Estado de serviços de assistência social e gratuita. Nº 4034

Sugere fixação de limite para os gastos da União, dos Estados e dos Municípios com órgãos da administração direta e indireta. Nº 4035

Sugere que o Brasil não mantenha relações diplomáticas, comerciais ou culturais com governos estrangeiros que, para chegar ao poder, usem meios não previstos em sua carta política. Nº 4036

Sugere que a Constituição e os tratados constituam a suprema lei do País. Nº 4037

Sugere licença remunerada para a gestante antes e depois do parto e garantia de permanência no emprego desde o início da gravidez até sessenta dias após o parto. Nº 4038

Sugere norma disciplinando a composição da Câmara dos Deputados. Nº 4039

Sugere que os proventos dos servidores aposentados da União, dos Estados e dos Municípios sejam equivalentes aos vencimentos dos que permaneçam na ativa, inclusive quanto a novas vantagens pecuniárias recebidas por estes. Nº 4040

Sugere normas sobre os vencimentos dos funcionários estaduais e municipais, na forma que estabelece. Nº 4041

Sugere norma que disponha sobre o mandato e a reeleição do Presidente e do Vice-Presidente da República. Nº 4042

Sugere seja instituído o Conselho de Estado, nas condições que estabelece. Nº 4043

Sugere aposentadoria para os trabalhadores aos 60 (sessenta) anos de idade, se do sexo masculino, e aos 55 (cinquenta e cinco), se do sexo feminino. Nº 4044

Sugere norma disciplinando a expedição de decretos-leis. Nº 4045

JOSÉ CARLOS GRECCO (PMDB) — Sugere que o governo federal adote medidas para combater o alcoolismo e o tóxico. Nº 4104

Sugere que os contratos ou acordos internacionais celebrados pela União sejam submetidos à aprovação do Congresso Nacional. Nº 4105

Sugere a criação de conselhos das garantias individuais em todos os municípios. Nº 4106

Sugere que todos tenham o direito de propor a ação popular ecológica, aue será regulamentada por lei. Nº 4107

Sugere o prazo de oito dias para o julgamento de "habeas corpus" em qualquer instância, e o de vinte dias em caso de recurso. Nº 4108

Sugere que as leis trabalhistas e previdenciárias sejam consolidadas num "estatuto dos Trabalhadores". Nº 4109

Sugere que até o mês de março, em cada exercício, a União, os Estados e os municípios

aprovem seus programas econômicos da administração pública. Nº 4110

Sugere uma percentagem do saldo da balança comercial para o pagamento da dívida externa da União, e a criação, por lei ordinária, de um fundo controlado pelo Congresso Nacional. Nº 4111

Sugere a criação de contencioso administrativo, federal e estaduais, sem poder jurisdicional, para decisão de questões fiscais, previdenciárias e relativas a acidentes de trabalho. Nº 4112

Sugere a igualdade da mulher e do homem perante a lei. Nº 4113

Sugere a criação de tribunal para julgar os crimes não reprimidos com pena de reclusão. Nº 4114

Sugere que os municípios possam ter seus bancos municipais. Nº 4115

Sugere a criação do juízo contencioso administrativo. Nº 4116

Sugere que os municípios tenham responsabilidade exclusiva pela educação pré-escolar, com recursos da União. Nº 4117

Sugere a modificação dos órgãos da Justiça do Trabalho, nos termos que estabelece. Nº 4118

Sugere a criação de um fundo para o menor carente (FMC). Nº 4119

Sugere que somente os integrantes do Congresso Nacional possam apresentar emendas à Constituição. Nº 4120

Sugere que o trabalhador não sofra demissão ou exoneração, em empresa privada ou pública, por motivo de greve. Nº 4121

Sugere que os ministros somente tomem posse após a aprovação de seus nomes pelo Congresso Nacional. Nº 4122

Sugere que os danos causados por erro judicial dêem direito a sua indenização, a cargo do Estado. Nº 4123

Sugere que seja computado, para efeito de aposentadoria, qualquer tempo de serviço devidamente comprovado. Nº 4124

Sugere que não haja distinção, para efeitos previdenciários, entre trabalhadores rurais e urbanos. Nº 4125

Sugere proibição à União para tributar a renda de salário. Nº 4126

Sugere seja facultada aos cidadãos a proposição ou a revogação de lei, nos termos que estabelece. Nº 4127

Sugere que o Estado realize uma política nacional de tratamento, reabilitação e integração dos deficientes físicos, e dá outras providências. Nº 4128

Sugere que o Estado possa avocar o usufruto de terras não cultivadas ou não utilizadas, para o fim que estabelece. Nº 4129

Sugere que se institua o tribunal constitucional, para os fins que estabelece. Nº 4130

Sugere estabilidade ao trabalhador após 5 (cinco) anos de serviço. Nº 4131

Sugere que o Estado mantenha inteira vigilância quanto aos produtos agrícolas evitando os intermediários entre o produtor e o consumidor. Nº 4132

Sugere que a criança e o velho abandonados sejam protegidos pelo Estado. Nº 4133

Sugere que a lei estabeleça a extensão máxima de terra a ser possuída; que sejam consideradas latifúndios as áreas em excesso e que devam ser estabelecidas regras para a sua venda e ocupação. Nº 4134

JOSÉ ELIAS MURAD (PTB) — Sugere seja dever do Estado proteger o cidadão contra os agravos ou agressões à saúde representados pelo abuso de drogas, intoxicações por medicamentos, contaminação de alimentos e poluição ambiental. Nº 4314

Sugere seja dever do Estado assegurar a função social da maternidade, da família e da infância perante a sociedade, nas condições que especifica. Nº 4315

Sugere que o Estado assegure ao idoso aposentadoria nunca inferior ao salário mínimo vigente no País. Nº 4317

JOSÉ LINS (PFL) — Sugere sejam reparadas as disparidades de distribuição de renda e bem-estar social entre pessoas e regiões, e sugere a fixação de critérios socialmente mais justos para o desenvolvimento econômico nacional. Nº 4744

Sugere que a União, mediante lei complementar, possa criar, por tempo determinado, regiões autônomas, e dá outras providências. Nº 4787

Sugere norma que disponha sobre o direito à moradia condigna e adequada. Nº 4788

Sugere que a lei limite o uso da informática para proteger a honra e intimidade pessoal e familiar dos cidadãos. Nº 4789

Sugere que o Estado seja responsável por danos causados por seus funcionários a terceiros, no exercício de suas funções. Nº 4790

Sugere dispositivos sobre o controle da execução orçamentária pelo Congresso. Nº 4791

Sugere seja crime inafiançável o fabrico, o transporte, a importação, a comercialização e o incentivo ao consumo de drogas: que o Governo proteja a juventude contra o vício. Nº 4792

Sugere que a administração pública só possa contrair obrigações financeiras e realizar despesas de acordo com a lei. Nº 4793

Sugere normas para aproveitamento econômico e social das águas represadas nas regiões de população de baixa renda. Nº 4794

Sugere que haja delimitação de competência e atribuição executivas, entre a União, os Esta-

dos e os Municípios, fixadas as áreas e condições para a cooperação entre os poderes federais, estaduais e municipais. Nº 4795

**JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB)** — Sugere que se assegure aos trabalhadores salário mínimo capaz de satisfazer as suas necessidades normais e as de sua família. Nº 4318

**JOSÉ VIANA (PMDB)** — Sugere que, em caso de guerra, se dê amparo às famílias dos combatentes e que aos ex-combatentes sejam concedidos direitos especiais dentro da legislação civil ordinária. Nº 4563

Sugere dispositivos sobre reforma agrária e política agrícola. Nº 4564

Sugere modificações no sistema de previdência social, estendendo seus benefícios aos trabalhadores do meio rural. Nº 4565

Sugere sejam fixados preços mínimos para os produtos agropecuários. Nº 4566

Sugere normas sobre o ensino de primeiro grau obrigatório, o ensino público e gratuito em todos os níveis, a política de erradicação do analfabetismo. Nº 4567

Sugere dispositivos sobre fiscalização e controle da dívida externa brasileira. Nº 4568

Sugere seja garantido pelo poder público o amplo acesso aos meios de comunicação, inclusive para os trabalhadores rurais e urbanos. Nº 4569

Sugere dispositivo sobre prisão perpétua para os casos que especifica. Nº 4570

Sugere dispositivos sobre o sistema penitenciário, facultando a construção de prédios para *sentenciados, no meio rural*. Nº 4571

Sugere que seja criado território indígena às margens do rio Solimões. Nº 4572

Sugere norma que anule a portaria que fechou os garimpos manuais. Nº 4573

Sugere dispositivos relativos a enfermos nos hospitais e maternidades. Nº 4574

Sugere que as forças armadas fiquem proibidas de intervir, de qualquer forma, na vida política do País. Nº 4575

Sugere dispositivos sobre preservação ambiental e defesa do equilíbrio ecológico. Nº 4576

Sugere dispositivos sobre organização sindical e dá outras providências. Nº 4577

Sugere que seja criada junta de conciliação e julgamento em todos os municípios do País; que se assegure à Justiça do Trabalho, poder normativo, amplo e irrestrito, para fixação de salário mínimo e condições de trabalho, através de sentenças normativas. Nº 4578

Sugere norma que disponha sobre a assistência religiosa nas Forças Armadas. Nº 4579

Sugere que a criação de novos Estados dependa da existência comprovada de um mi-

lhão de habitantes na nova unidade federativa. Nº 4580

Sugere seja exigida nacionalidade brasileira para quem desempenhe atividades no meio indígena. Nº 4581

Sugere a regulamentação das profissões de radiotelegrafista e de detetive, a criação de conselhos profissionais, de Tribunais de Trabalho em todos os Estados e outras providências. Nº 4582

Sugere a criação dos Ministérios que especifica; seja instituído o sistema econômico misto, extinta a Escola Superior de Guerra; e outras providências. Nº 4585

Sugere normas sobre a garantia de ensino público a todos, o estabelecimento da política nacional de reeducação, a regionalização do ensino, a valorização do magistério, a porcentagem do orçamento a ser aplicado na educação e gratuidade da educação especial. Nº 4586

**MANOEL MOREIRA (PMDB)** — Sugere norma que disponha sobre a assistência judiciária. Nº 4648

Sugere norma que defina empresa nacional. Nº 4651

**MEIRA FILHO (PMDB)** — Sugere dispositivos sobre a organização do Estado brasileiro, quanto à autonomia dos Estados, municípios e territórios, as eleições, os mandatos, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o sistema tributário, os direitos e garantias dos cidadãos, a família, a educação e o ensino e demais disposições que enumera. Nº 4333

Sugere que o direito de propriedade fique condicionado às exigências de ordem pública e de bem-estar geral. Nº 4334

Sugere que o Governo Federal elabore legislação específica com vistas à proteção das populações indígenas. Nº 4335

Sugere que o Presidente da República só possa expedir Decretos-leis em casos de segurança nacional. Nº 4336

Sugere que todos tenham direito a um ambiente sadio, ecologicamente equilibrado e adequado para o desenvolvimento da vida. Nº 4337

Sugere que dependa de aprovação prévia do Poder Legislativo qualquer solicitação de empréstimo externo. Nº 4338

Sugere que a fiscalização financeira e orçamentária seja exercida mediante controle externo dos Tribunais de Contas e do Congresso Nacional, e por controle interno do Poder Executivo. Nº 4339

Sugere normas sobre o sistema educacional, nas condições que determina. Nº 4340

Sugere que a saúde seja um direito de todos e interesse da coletividade, cabendo ao Estado o dever de garanti-la através de programas, nas condições que determina. Nº 4341

Sugere norma que assegure aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, e dá outras providências. Nº 4342

Sugere normas de proteção à família e sobre a anulação do casamento. Nº 4343

Sugere que os pais sejam responsáveis diretos por todos os filhos, independentemente da circunstância do nascimento, e que a lei disponha sobre a igualdade dos direitos de todos os filhos, extinguindo a discriminação relativa à natureza da filiação. Nº 4344

Sugere que caiba ao poder público prover condições de vida digna ao idoso, ao menor e ao deficiente, pela aplicação de 3% da Receita federal, estadual e municipal às famílias comprovadamente carentes. Nº 4345

Sugere que os filhos, qualquer que seja a sua origem, devam receber o mesmo tratamento legal, inclusive para efeitos patrimoniais. Nº 4346

Sugere que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinem 1% (um por cento) da receita tributária para o custeio do subsídio destinado a complementar a renda familiar e dá outras providências. Nº 4347

Sugere disposições sobre competência tributária, participação e distribuição das receitas. Nº 4348

Sugere que a todo o trabalho igual, de idêntica função, prestado ao mesmo órgão, corresponda igual remuneração, sem distinção de qualquer natureza. Nº 4349

Sugere que a admissão no serviço público, sob qualquer regime, dependa sempre de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. Nº 4350

Sugere que os quadros de pessoal no serviço público se estruturam sob forma de quadros de carreira que permitam aos servidores o acesso aos cargos e funções de direção e assessoramento superior. Nº 4351

Sugere que os proventos da inatividade sejam revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda se modificarem os vencimentos dos servidores em atividade. Nº 4352

Sugere seja assegurada aos trabalhadores a proteção do valor real dos salários contra a desvalorização da moeda. Nº 4353

Sugere seja assegurada aos trabalhadores a integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e representação dos empregados na sua gestão. Nº 4354

Sugere a criação de comissão de trabalhadores por delegação do respectivo sindicato, para a defesa de seus interesses específicos e intervenção democrática na vida da empresa. Nº 4355

Sugere o sistema distrital misto para eleição dos Deputados federais, estaduais e dos Vereadores. Nº 4356

Sugere norma que estabeleça como dever de todo cidadão a guarda e a proteção do bem público. Nº 4357

Sugere seja garantida a compatibilidade das pensões e proventos da aposentadoria do trabalhador com a remuneração do emprego ou função em que tenha se aposentado, protegendo seu valor real contra as alterações do poder aquisitivo de moeda. Nº 4358

Sugere norma que disponha sobre a redação do preâmbulo da nova Constituição. Nº 4359

Sugere seja vedada a demissão de trabalho que não se fundar em motivo socialmente justificado, nos termos definidos na lei. Nº 4360

Sugere que a proposta orçamentária anual compreenda as despesas e receitas de todos os poderes; que o Poder Executivo seja obrigado a prestar ao Legislativo informações sobre execução orçamentária e que lei federal disponha sobre o exercício financeiro, a elaboração e a organização dos orçamentos públicos. Nº 4361

Sugere que dependa de aprovação do Congresso Nacional toda a regulamentação atinente ao sistema financeiro nacional e ao sistema de habitação. Nº 4362

Sugere normas que disponham sobre a organização, competências e atribuições do Poder Judiciário. Nº 4363

MELLO REIS (PDS) — Sugere que lei disponha sobre a obrigatoriedade dos Estados e Municípios demarcarem suas linhas de fronteira. Nº 4781

Sugere normas sobre a extinção dos atuais partidos políticos, nas condições que estabelece. Nº 4782

MENDONÇA DE MORAIS (PMDB) — Sugere que o Estado promova mecanismos de assistência à infância, aperfeiçoando a legislação que regulamenta o trabalho do menor, impedindo a discriminação salarial e garantindo o seu desenvolvimento humano e intelectual. Nº 4319

Sugere norma sobre a composição do Ministério Público da União. Nº 4320

Sugere que o ensino religioso, de matrícula facultativa, constitua disciplina do currículo do primeiro e segundo graus e do ensino superior. Nº 4321

Sugere que sejam criadas, no Distrito Federal e nos Estados, colônias penais agrícolas, nas condições que estabelece. Nº 4322

Sugere norma que disponha sobre a livre manifestação do pensamento. Nº 4323

Sugere dispositivos sobre a política agrária e agrícola. Nº 4324

NELSON CARNEIRO (PMDB) — Sugere que a lei assegure aposentadoria aos trabalha-

dores urbanos e rurais incluídas as donas-de-casa, mediante contribuição para a Previdência Social. Nº 4199

Sugere dispositivo sobre a competência dos municípios para legislar supletivamente sobre as matérias que enumera. Nº 4200

Sugere normas sobre a competência da Justiça do Trabalho para conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos. Nº 4201

NELSON SEIXAS (PDT) — Sugere normas sobre política salarial em empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo poder público. Nº 4925

NELSON WEDEKIN (PMDB) — Sugere norma que disponha sobre os bens da União, conforme especifica. Nº 4072

Sugere que os recursos minerais e os recursos hídricos constituam propriedade distinta da propriedade do solo, conforme especifica. Nº 4073

Sugere caiba ao Congresso Nacional reavaliar, suspender ou revogar as concessões de lavra de recursos minerais feitas a partir de 1960. Nº 4074

Sugere competência à União para instituir o imposto que define. Nº 4075

Sugere dispositivo sobre o alistamento eleitoral e o direito de voto. Nº 4076

Sugere norma disposta sobre a criação, composição e competência do conselho de comunicação social. Nº 4077

Sugere seja competência da União explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, serviços e instalações de energia elétrica, exceto a energia nuclear; construir e explorar usinas de qualquer natureza, exceto a nuclear. Nº 4078

Sugere seja monopólio da União a pesquisa, lavra, refinação, processamento, comercialização e distribuição do petróleo e seus derivados e do gás natural, vedada a cessão ou concessão de qualquer tipo de participação. Nº 4079

Sugere que a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, a importação, a exportação, o transporte marítimo e em condutos do petróleo e seus derivados e do gás natural, constituam monopólio da União. Nº 4080

Sugere seja assegurado ao trabalhador remuneração igual por trabalho igual, ressalvados os prêmios de produtividade. Nº 4081

Sugere que lei complementar disponha sobre a constituição e o reconhecimento de associações profissionais e sindicatos. Nº 4082

Sugere normas que obriguem os proprietários de área urbana e rural a zelar pelo equilíbrio ecológico necessário ao bem-estar público e determina sanções para os crimes contra o meio ambiente. Nº 4083

Sugere seja livre a organização sindical. Nº 4084

Sugere que todo trabalhador tenha direito à aposentadoria com proventos correspondentes ao salário e vantagens da atividade. Nº 4085

Sugere seja vedada a intervenção em sindicatos e associações profissionais e outras providências. Nº 4086

Sugere que os benefícios da seguridade social sejam extensivos às donas-de-casa. Nº 4087

Sugere que todas as categorias ou atividades profissionais sejam tratadas de maneira equânime quanto ao imposto sobre a Renda. Nº 4088

Sugere dispositivos sobre o direito de votar e ser votado. Nº 4089

Sugere seja dever do Estado fornecer à sociedade informações sobre a finalidade do meio ambiente e sobre as medidas tomadas para preservá-la. Nº 4090

Sugere seja incluída como bem da União a plataforma continental em condomínio com a União. Nº 4091

Sugere que o Congresso Nacional proceda à auditoria da dívida externa brasileira, nas condições que estabelece. Nº 4092

Sugere norma sobre as jornadas de trabalho semanal e diária. Nº 4093

Sugere que a lei disponha sobre a redução da jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais, nas condições que estabelece. Nº 4094

Sugere seja concedido asilo ao perseguido em Estado estrangeiro por atividade de natureza política, filosófica ou religiosa. Nº 4095

Sugere que seja assegurada a todo cidadão o direito de conhecer os dados informáticos registrados sobre ele nas instituições públicas ou privadas; e que seja proibido o uso da informática para o tratamento de dados na condição que especifica. Nº 4096

Sugere seja assegurado a qualquer cidadão, ao Ministério Público e às pessoas jurídicas o direito de pedir a anulação de atos lesivos ao patrimônio público ou de entidade de que participe o Estado bem como de privilégios indevidamente concedidos. Nº 4097

NELTON FRIEDRICH (PMDB) — Sugere que os conselhos comunitários de contas municipais funcionem como órgãos auxiliares do Poder Legislativo local, e dá outras providências. Nº 4926

Sugere norma sobre defesa ao consumidor. Nº 4927

Sugere que todos tenham direito a um meio ambiente sadio, ecologicamente equilibrado e adequado ao desenvolvimento da vida. Nº 4928

Sugere que o Congresso Nacional se reúna anualmente de 15 de Janeiro a 15 de Julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. Nº 4929

Sugere que o direito de asilo seja garantido aos estrangeiros e aos apátridas que estejam sofrendo perseguições, nas condições que especifica. Nº 4930

Sugere norma sobre a chefia do Ministério Público Federal. Nº 4931

Sugere que a União controle o registro dos produtos químicos destinados ao uso agropecuário, fiscalizando a fabricação, a comercialização e o uso desses produtos. Nº 4932

Sugere que os municípios participem dos impostos federais. Nº 4933

Sugere sejam estendidas aos vereadores a inviolabilidade e a imunidade concedidas aos membros do Poder Legislativo e das Assembleias Legislativas. Nº 4934

Sugere normas ampliando a competência para a iniciativa das leis. Nº 4935

Sugere sejam eleitores os brasileiros maiores de dezesseis anos, alistados na forma da lei. Nº 4936

Sugere que o município seja integrante da Federação e que tenha poder para editar sua própria lei orgânica. Nº 4937

Sugere que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apliquem percentual da receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme determina. Nº 4938

Sugere que a União divulgue mensalmente o total de todos os tributos arrecadados nos municípios e nos Estados. Nº 4939

NILSO SGUAREZI (PMDB) — Sugere que a reeleição do presidente da República, dos governadores de Estado e dos prefeitos municipais seja permitida por uma única vez. Nº 4775

Sugere norma que permita ao Poder Legislativo a sustação de obra, contrato ou pagamento que envolvam interesse público, quando inquinados de irregularidade. Nº 4777

Sugere sejam inelegíveis os condenados em ações populares, na forma que estabelece. Nº 4940

Sugere que qualquer cidadão seja parte legítima para propor ação popular, nos casos que especifica. Nº 4941

Sugere que o Poder Executivo seja obrigado a manter reserva financeira em percentuais que define. Nº 4942

Sugere seja vedado ao poder público conceder anistia fiscal relativa a tributos de qualquer natureza. Nº 4943

Sugere que o Poder Legislativo seja autorizado a sustar obra inquinada de irregularidade. Nº 4945

Sugere que parentes e afins de titulares de órgãos públicos fiquem proibidos de exercer qualquer função na administração direta e indireta. Nº 4946

NILSON GIBSON (PMDB) — Sugere norma dispondo sobre taxas de pedágio. Nº 4947

Sugere caiba aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a propriedade de veículos automotores. Nº 4948

Sugere que a educação seja direito de todos e dever da família, da sociedade e do Estado promovendo-a, nas condições que estabelece. Nº 4949

Sugere que os Deputados Estaduais e os Vereadores gozem das mesmas imunidades atribuídas aos Deputados Federais e aos Senadores. Nº 4950

Sugere seja reconhecida a igualdade de direitos dos filhos, qualquer que seja a origem da filiação. Nº 4951

Sugere norma sobre a composição da Câmara dos Deputados. Nº 4952

Sugere que o Presidente da República, após consulta ao Congresso Nacional, possa adotar medidas para preservar ou restabelecer a ordem, a paz ou a integridade do território nacional, na forma que especifica. Nº 4953

Sugere que os proventos dos inativos não sejam inferiores aos dos trabalhadores em atividade. Nº 4954

Sugere dispositivo sobre o planejamento familiar, sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência, e sobre a educação de excepcionais. Nº 4955

Sugere seja garantida vida digna às pessoas incapacitadas para o trabalho. Nº 4956

Sugere seja adotada uma política social que atenda aos objetivos materiais e culturais da família. Nº 4957

Sugere que o pai e a mãe exerçam sobre os filhos menores ou incapazes o pátrio poder, em igualdade de condições. Nº 4958

Sugere que os atuais substitutos de auditor e de procurador do trabalho e os militares de segunda categoria possam ser aproveitados em cargos iniciais dessas carreiras. Nº 4959

Sugere a extinção do quadro suplementar do Ministério Público da União, nas condições que estabelece. Nº 4960

Sugere normas dispondo sobre emendas à Constituição. Nº 4961

NION ALBERNAZ (PMDB) — Sugere normas sobre riquezas do subsolo e atividades do setor mineral. Nº 4962

Sugere normas sobre o funcionamento, a organização, competências e atribuições do Poder Judiciário. Nº 4963

NYDER BARBOSA (PMDB) — Sugere a coincidência de mandatos a nível municipal, estadual e federal, com eleições marcadas em prazo que estabelece. Nº 4964

Sugere sejam aplicados os recursos que especifica no curso técnico agropastoril de nível

médio ou superior, para os fins que estabelece. Nº 4965

Sugere normas sobre a integração das patrulhas rodoviárias federais ao Ministério da Justiça. Nº 4966

Sugere normas sobre fiscalização e arrecadação de tributos. Nº 4967

Sugere que as ilhas oceânicas constituam domínio do Estado, nas condições que estabelece. Nº 4968

Sugere que os práticos e oficiais de farmácia que comprovarem efetivo exercício da profissão por tempo superior a 10 anos, possam assumir responsabilidade técnica de estabelecimento farmacêutico. Nº 4969

Sugere que a família que adotar menor receba dos cofres públicos uma remuneração mensal igual ou superior ao salário mínimo, conforme determina. Nº 4970

ODACIR SOARES (PFL) — Sugere que nos crimes de peculato e enriquecimento ilícito o procedimento judicial seja feito por processo sumário. Nº 4447

Sugere que a constituição deva ser referendada por dois terços das assembleias legislativas estaduais. Nº 4448

Sugere norma sobre o mandato e a elegibilidade do Presidente e Vice-Presidente da República. Nº 4449

Sugere que a lei federal disponha sobre a condução de veículo automotores por menor que conte, no mínimo, dezesseis anos, nas condições que estabelece. Nº 4450

Sugere que os juizes de paz temporária gozem dos mesmos direitos e vantagens dos juizes togados de investidura limitada no tempo. Nº 4451

Sugere que não seja fixado limite máximo de idade para inscrição em concurso público. Nº 4452

Sugere normas relativas às condições para a expedição e a vigência de decreto-lei. Nº 4453

Sugere seja assegurado ao trabalhador o direito de greve, na forma definida no código de relações de trabalho. Nº 4454

Sugere que os poderes públicos constituam fundos especiais para a promoção e financiamento de estudos e pesquisas nas diversas áreas de conhecimento. Nº 4455

Sugere incentivos à produção integral de medicamentos, segundo as diretrizes do sistema nacional de saúde. Nº 4456

Sugere que os brasileiros maiores de dezoito anos e o menor casado, alistados, tenham direito de voto e de serem votados. Nº 4457

Sugere norma sobre a manutenção da ordem pública pelas polícias estaduais, nas condições que estabelece. Nº 4458

Sugere que as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República sejam realizadas em 15 de novembro de 1988. Nº 4459

Sugere medidas que visem redirecionar a política econômica e social do País. Nº 4460

Sugere que o alistamento no serviço militar possa optar, por motivo de crença religiosa ou convicção política, pela prestação de um serviço patriótico que a lei regulará. Nº 4461

Sugere seja garantida a liberdade de iniciativa e que seja assegurado tratamento legal idêntico a todas as sociedades organizadas do País. Nº 4823

Sugere que os investimentos de capital estrangeiro sejam regulados por lei, conforme estabelece. Nº 4824

Sugere que os canais de rádio e televisão sejam distribuídos a brasileiros, na forma que estabelece. Nº 4825

Sugere normas sobre a inviolabilidade da dignidade da pessoa. Nº 4826

Sugere que a criação de novos Estados ou Municípios dependa de lei complementar, conforme estabelece. Nº 4827

Sugere seja livre organização sindical. Nº 4828

Sugere seja assegurado aos cônjuges igualdade de direitos e deveres em todo os aspectos da vida, durante e após o casamento. Nº 4829

Sugere que as prerrogativas conferidas aos Senadores e Deputados pela Constituição sejam estendidas aos vereadores nos limites dos seus municípios. Nº 4830

Sugere norma, instituindo a justiça agrária. Nº 4831

Sugere normas, assegurando a qualquer cidadão o direito de propor ação popular que vise anular atos lesivos ao patrimônio de entidades públicas. Nº 4832

Sugere seja proibida a renúncia a cargos executivos federais, estaduais ou municipais com o propósito de concorrer a eleições para outros cargos. Nº 4833

Sugere que a censura a diversões e espetáculos públicos seja exclusivamente classificatória, conforme específica. Nº 4834

Sugere seja facultado às autoridades aceitar a alegação de ignorância da lei por parte de indivíduos evidentemente rústicos. Nº 4835

Sugere que em cada Estado haja tribunais e varas de pequenas causas. Nº 4836

Sugere seja o cidadão parte legítima para arguir a inconstitucionalidade de lei ou de decreto de qualquer natureza perante o Supremo Tribunal. Nº 4837

Sugere que o Ministério Público Federal seja formado pelos órgãos que discrimina. Nº 4838

Sugere seja livre a divulgação de informações, conforme estabelece. Nº 4839

OSVALDO BENDER (PDS) — Sugere norma que disponha sobre a concessão de auxílio-desemprego. Nº 4497

Sugere que os deputados designem 10% do valor destinado a obras públicas para pequenas obras em seus municípios. Nº 4498

Sugere a concessão de seguro desemprego ao trabalhador, no valor de 75% da remuneração do seu último emprego. Nº 4499

OSVALDO COELHO (PFL) — Sugere a redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor dos impostos cobrados na região do semi-árido nordestino. Nº 4495

Sugere que o ensino seja obrigatório para todos, dos 6 (seis) aos 16 (dezesseis) anos, e que habilite necessariamente o aluno para o exercício de uma atividade profissional. Nº 4767

Sugere que a União promova, progressivamente, a transferência do ensino universitário para a competência dos Estados. Nº 4768

Sugere seja assegurado aos deficientes melhoria de suas condições de saúde, sociais e econômicas. Nº 4769

Sugere medidas de aproveitamento dos recursos hídricos nacionais. Nº 4770

Sugere normas relativas às eleições para presidente e vice-presidente da República. Nº 4771

PAES DE ANDRADE (PMDB) — Sugere que os estados adaptem suas constituições, no prazo de seis meses, nelas incluindo os dispositivos constantes da Constituição federal. Nº 4431

Sugere prazo para inscrição nos partidos políticos dos candidatos às eleições municipais de 1988. Nº 4432

Sugere disposições relativas ao imposto sobre a fortuna. Nº 4433

Sugere que nenhuma discriminação seja tolerada contra a mulher, e dá outras providências. Nº 4434

Sugere dispositivo sobre a organização político-administrativa das regiões, estabelecendo os limites de autonomia do poder regional, dentro do sistema federativo. Nº 4435

Sugere que seja constituída, anualmente, uma comissão mista do Executivo e do Legislativo para redigir a proposta orçamentária da União. Nº 4436

Sugere norma que disponha sobre o direito autoral, nas condições que estabelece. Nº 4437

Sugere norma que disponha sobre a taxação dos imóveis urbanos sem construção e sua utilização para construção de casas populares. Nº 4438

Sugere dispositivos para a elevação do número de comissões parlamentares de inquérito, nos casos que determina. Nº 4439

Sugere norma sobre a liberdade de convicção filosófica e de reunião, nas condições que estabelece. Nº 4440

Sugere seja monopólio da União, a manipulação de matéria-prima na fabricação de produtos farmacêuticos. Nº 4441

Sugere disposições relativas ao imposto de renda do contribuinte assalariado. Nº 4442

Sugere que sejam estáveis, após 90 dias de exercício, os servidores admitidos por concurso. Nº 4443

Sugere que os concursos públicos tenham validade até que seja convocado o último aprovado. Nº 4444

Sugere isenção de período de carência para a concessão de benefícios da Previdência Social ao trabalhador. Nº 4445

Sugere que lei especial disponha sobre o conselho de mercado de capitais, sua composição e competência, tendo em vista proteger os interesses do público investidor. Nº 4446

PAULO DELGADO (PT) — Sugere sejam estabelecidos limites para despesas com campanhas eleitorais. Nº 4971

Sugere seja assegurado a todo partido político, ou conjunto de cidadãos, o direito de iniciativa em matéria constitucional ou legislativa, na forma que estabelece. Nº 4972

Sugere normas sobre a criação e o funcionamento dos partidos políticos. Nº 4973

Sugere que seja assegurado por lei o acesso gratuito dos partidos políticos aos órgãos de comunicação social, nas condições que estabelece. Nº 4974

Sugere norma dispondo sobre alistamento eleitoral e casos de elegibilidade. Nº 4975

Sugere normas sobre maioria eleitoral aos 16 (dezesseis) anos, e dá outras providências. Nº 4976

Sugere normas sobre o direito do voto. Nº 4977

PAULO MACARINI (PMDB) — Sugere dispositivos sobre autorizações ou concessões para exploração de recursos minerais. Nº 4135

Sugere que as empresas públicas ou privadas reservem uma vaga em cada cem, de seu quadro funcional, para deficientes físicos. Nº 4136

Sugere a não-incidência de tributos sobre glebas rurais, nas condições que estabelece. Nº 4137

Sugere princípios básicos para que a ordem econômica e social tenha por objetivo realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social. Nº 4138

Sugere que o mercado interno seja patrimônio inalienável da Nação e que sua ocupação seja

norteada pelo interesse do povo, com política de proteção à tecnologia e a empresas genuinamente nacionais. Nº 4139

Sugere que o poder público fomente e apóie as atividades cooperativas e o ensino do cooperativismo. Nº 4140

Sugere que sejam privativas das instituições financeiras públicas federais as operações de crédito e financiamento com utilização de recursos geridos pelos órgãos da administração federal. Nº 4141

Sugere que empresa mineradora, concessionária da União, deva pagar indenização mensal sobre o seu faturamento. Nº 4142

Sugere dispositivos sobre a reforma agrária. Nº 4143

Sugere dispositivos sobre a desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária. Nº 4144

Sugere que o serviço público federal seja estruturado em carreiras, disciplinada por lei. Nº 4145

Sugere modificações no sistema da previdência social. Nº 4146

Sugere que os recursos provenientes do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores sejam repassados para a previdência social. Nº 4147

Sugere norma sobre contratação ou admissão de funcionário público. Nº 4148

Sugere que o ingresso no serviço público se dê mediante concurso público. Nº 4149

Sugere normas sobre a aposentadora do servidor público. Nº 4150

Sugere igualdade salarial entre servidores ativos e inativos. Nº 4151

Sugere medidas de proteção ambiental, notadamente no que se refere a catástrofes naturais e nucleares. Nº 4152

Sugere proibição de propaganda de remédios, fumo e bebidas alcoólicas. Nº 4153

Sugere normas de proteção ao meio ambiente. Nº 4154

Sugere paridade de pensões, por falecimento, entre civis e militares. Nº 4155

Sugere penalidade para os atos de corrupção administrativa. Nº 4156

Sugere normas vedando às empresas privadas a contratação de servidores públicos da administração direta e indireta. Nº 4157

Sugere normas sobre a saúde pública. Nº 4158

Sugere dispositivo sobre o reajustamento dos proventos dos inativos. Nº 4159

Sugere que se considerem imprescritíveis os ilícitos que causem prejuízo ao erário público. Nº 4160

Sugere preceitos que garantam os direitos dos trabalhadores. Nº 4161

Sugere a criação de laboratórios nos Estados para a fabricação de medicamentos essenciais às camadas carentes da sociedade brasileira. Nº 4162

Sugere que a política de informática, telecomunicações e comunicação social valorize a tecnologia nacional e preserve o mercado interno para a indústria e a inteligência nacionais. Nº 4163

Sugere dispositivos sobre a educação Nº 4164

Sugere norma sobre a competência do conselho de segurança nacional. Nº 4540

Sugere norma sobre o cargo de Procurador-Geral da República como chefe do Ministério Público. Nº 4541

Sugere a instituição do tribunal constitucional, nas condições que estabelece. Nº 4542

Sugere que seja incluída entre as matérias da competência do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a autorização para a abertura e operações de crédito. Nº 4543

Sugere normas sobre a nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Nº 4544

Sugere que a concessão de anistia seja atribuição exclusiva do Congresso Nacional. Nº 4545

Sugere dispositivos sobre a competência concorrente dos membros do Congresso Nacional e do Presidente do Congresso Nacional para a iniciativa das leis, ressalvados os casos de competência exclusiva. Nº 4546

Sugere norma que organize o serviço jurídico da União e o das autarquias federais, nas condições que estabelece. Nº 4547

Sugere norma que disponha sobre a assistência judiciária aos necessitados. Nº 4548

Sugere norma sobre a democratização da empresa estatal, sua gestão administrativa, e dá outras providências. Nº 4549

Sugere que os lucros das empresas estrangeiras sejam incorporados a seu capital aplicado no País. Nº 4550

Sugere incentivos às atividades econômicas produtivas. Nº 4551

Sugere seja vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas. Nº 4552

Sugere seja estabelecida a obrigatoriedade de concurso público para o ingresso nos tribunais de contas. Nº 4553

Sugere seja obrigatório o ensino de ecologia, informática e previdência social nas escolas de primeiro e segundo graus. Nº 4554

Sugere normas sobre obrigatoriedade de as empresas industriais, comerciais e agrícolas oferecerem ensino a seus servidores e aos filhos destes, a criação de institutos de pesquisa, e a proteção do poder público às obras, aos monumentos, documentos e locais de valor histórico e artístico. Nº 4555

Sugere dispositivo sobre a competência da União para legislar sobre produção, consumo e sua propaganda comercial. Nº 4556

Sugere que o ingresso no serviço público se faça através de concurso. Nº 4557

Sugere que seja vedada a contratação de parentes consanguíneos, até segundo grau, de titulares de cargos de direção e assessoramento superior em qualquer órgão da administração pública. Nº 4558

Sugere que seja vedada, sem exceções, a acumulação de cargos. Nº 4559

Sugere que as concessões de canais de rádio e televisão sejam efetivadas mediante lei do Congresso Nacional. Nº 4560

Sugere dispositivos sobre a assistência e bem-estar social. Nº 4561

Sugere dispositivo sobre o monopólio estatal do petróleo. Nº 4562

Sugere seja competência do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, votar o orçamento, os tributos próprios da União, e demais condições que enumera. Nº 4633

Sugere que o Senado Federal seja composto de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Nº 4634

Sugere normas que disponham sobre o Poder Legislativo. Nº 4635

Sugere norma que disponha sobre a composição da Justiça Federal. Nº 4636

Sugere norma sobre o alistamento eleitoral Nº 4637

Sugere que percentual da arrecadação tributária seja destinada ao Fundo de Desenvolvimento da Agricultura. Nº 4638

Sugere normas sobre a composição da Câmara dos Deputados. Nº 4639

Sugere prazo para a posse dos eleitos. Nº 4640

Sugere que as tarifas de serviços prestados, cobrados por entidades públicas, não sejam inferiores ao preço de custo. Nº 4641

Sugere dispositivos relativos à proteção do pequeno e médio produtor rural. Nº 4642

Sugere a eleição direta e o mandato de quatro anos para governador e vice-governador de estado, do Distrito Federal e dos territórios. Nº 4643

Sugere que os gastos com o funcionalismo não ultrapassem trinta por cento (30%) do orçamento da União, cinquenta por cento (50%) do orçamento dos estados e trinta (30%) do orçamento dos municípios. Nº 4644

Sugere dispositivo sobre a dívida externa. Nº 4645

Sugere norma concernente à não-incidência do imposto de renda sobre os rendimentos decorrentes do trabalho assalariado. Nº 4646



Sugere norma sobre a isenção de impostos a estados e municípios. Nº 4647

Sugere que a União indenize os estados e municípios pelo valor da arrecadação que deixarem de realizar em virtude de imunidades ou isenções tributárias especificadas. Nº 4649

Sugere a obrigatoriedade da assistência financeira dos municípios às entidades de ensino superior. Nº 4650

Sugere seja vedado à União decretar tributos que não sejam uniformes em todo o território nacional e outras disposições que menciona. Nº 4652

Sugere normas sobre as dívidas públicas estaduais, municipais e do Distrito Federal. Nº 4653

Sugere que sejam transferidas para a União as dívidas, interna e externa, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Nº 4654

Sugere norma disciplinando a distribuição da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Nº 4655

Sugere que lei disponha sobre a concessão de incentivo fiscal ao desenvolvimento regional que utilize recursos da União. Nº 4657

Sugere que a União celebre convênios com outros países para repatriar bens de qualquer natureza, inclusive financeiros e títulos de valores mobiliários. Nº 4658

Sugere sejam centralizadas no Banco do Brasil as operações de câmbio das empresas governamentais federais, estaduais e municipais. Nº 4659

Sugere a criação do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano — PNDU Nº 4660

Sugere que representantes dos trabalhadores e dos empregadores participem da direção de todos os órgãos da administração pública, direta ou indireta. Nº 4661

Sugere que a União, os estados e os municípios destinem percentual de sua receita orçamentária para a execução de programas habitacionais. Nº 4662

Sugere norma dispondo sobre o aproveitamento de energia hidrelétrica. Nº 4664

Sugere a oficialização de serventias dos foros judiciais e extrajudiciais. Nº 4684

Sugere disposições preliminares relativas à soberania nacional e ao seu exercício Nº 4685

Sugere norma que disponha sobre a instrução criminal judicial. Nº 4686

Sugere dispositivo sobre o pagamento, pela administração pública, de débitos oriundos de condenação judicial. Nº 4687

Sugere norma sobre a organização, composição e competência do Poder Judiciário. Nº 4688

Sugere dispositivo sobre a responsabilidade dos estados e municípios com relação a agrotóxicos. Nº 4689

Sugere que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios fiquem proibidos de conceder garantia de qualquer natureza a empresas de capital privado. Nº 4690

Sugere que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional projeto de lei complementar sobre a nova divisão territorial para o país. Nº 4691

Sugere que a emissão de moeda pela União dependa de prévia e expressa autorização do Congresso Nacional. Nº 4692

Sugere que a prestação de contas da União, dos Estados e dos Municípios fiquem sujeitas à apreciação do contribuinte nas condições que estabelece. Nº 4693

Sugere seja competência da União legislar sobre o direito e processo do trabalho. Nº 4694

Sugere seja o Brasil uma República Federativa, constituída pela União indissolúvel dos Estados e do Distrito Federal. Nº 4695

Sugere prazo para a transferência de órgãos federais para o Distrito Federal. Nº 4696

Sugere norma sobre os feriados nacionais Nº 4697

Sugere norma que assegure o funcionamento de Assembléias Legislativas no Distrito Federal e nos Territórios. Nº 4698

Sugere não sejam incluídos entre os bens da União as ilhas oceânicas em que se situem capitais de Estados e os terrenos de Marinha em área já urbanizadas. Nº 4699

Sugere percentual a ser pago pela União aos Estados e Municípios, a título de indenização, pelas áreas inundadas em decorrência de usinas hidrelétricas. Nº 4700

Sugere que as atividades típicas do Estado sejam regidas por estatuto próprio, estabelecido através de leis orgânicas. Nº 4701

Sugere a criação do Estado do Meio-Oeste, integrado pela região Geo-econômica de Brasília; e a criação dos Municípios de Ceilândia, Taguatinga, Brazlândia, Gama e Sobradinho Nº 4702

Sugere dispositivos que assegurem aos deficientes a melhoria de suas condições social e econômica. Nº 4703

Sugere norma asseguratória de garantias e direitos individuais, nos termos que define. Nº 4704

Sugere norma dispondo sobre indenização a danos causados em território nacional por delegações estrangeiras ou por seus membros, conforme estabelece. Nº 4705

Sugere que as pessoas jurídicas de Direito Público Interno sejam civilmente responsáveis por danos causados a terceiros por seus funcionários, no exercício de suas funções. Nº 4706

Sugere normas sobre anistia, nas condições que estabelece. Nº 4707

Sugere norma sobre os direitos fundamentais do preso. Nº 4708

Sugere dispositivo sobre a apreciação judicial dos atos do Governo Federal praticados com base nos atos institucionais. Nº 4709

Sugere norma que disponha sobre a concessão de direitos ao cidadão naturalizado, nas situações e condições que estabelece. Nº 4710

Sugere que a tortura seja considerada crime, e que ao torturado seja assegurado assistência médico-hospitalar e pensão vitalícia, na forma que estabelece. Nº 4711

Sugere que os subsídios e demais benefícios dos ex-presidentes, ex-governadores e ex-prefeitos, obtidos em final do exercício do cargo, sejam extintos. Nº 4712

Sugere que seja considerado crime de responsabilidade a inobservância de normas constitucionais Nº 4713

PAULO MARQUES (PFL) — Sugere que se proíba qualquer tipo de discriminação contra candidatos a concursos públicos. Nº 4799

Sugere que os débitos que define, das empresas para com seus empregados, possam ser transformados em ações ordinárias, nominais a cada trabalhador, conforme especifica. Nº 4800

Sugere seja concedido o direito de aposentadoria à dona-de-casa. Nº 4801

PAULO ROBERTO (PMDB) — Sugere que a Justiça do Trabalho tenha competência para julgar os pedidos de revisão e de readmissão de servidores, nos casos que define. Nº 4999

PAULO ROBERTO CLINHA (PDC) — Sugere que a União, os Estados e Municípios destinem recursos para atendimento ao plano de assistência à família carente, pelo prazo que estabelecer. Nº 5000

PAULO ZARZUR (PMDB) — Sugere que a outorga de garantias do tesouro nacional em contratos de crédito dependa de prévia anuência do Congresso Nacional. Nº 4325

Sugere que haja tabelamento de juros para fins de desenvolvimento harmônico da economia e da empresa, entre outros casos que especifica Nº 4326

Sugere que a admissão no serviço público, sob qualquer regime, dependa sempre de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos. Nº 4327

Sugere que seja facultado aos funcionários em geral a aposentadoria por tempo de serviço com proventos proporcionais após 20 anos de atividade. Nº 4328

Sugere que sejam estáveis, após dois anos de execução, os servidores nomeados por concurso e, após quinze anos, os não concursados. Nº 4329

Sugere que se assegure aos deficientes físicos a melhoria de sua condição social e econômica. Nº 4330

Sugere competência à União para estabelecer e executar planos nacionais de abastecimento. Nº 4331

Sugere que seja assegurada aos trabalhadores a assistência sanitária, hospitalar, médica e odontológica. Nº 4332

PERCIVAL MÚNIZ (PMDB) — Sugere que a lavra dos bens minerais seja objeto de contrato por tempo determinado entre a União e as empresas de mineração, nas condições que estabelece. Nº 4011

Sugere seja obrigação das empresas de mineração aplicar parte de seus lucros nos municípios em cujo território se situar a mina. Nº 4802

Sugere que os municípios possam legislar supletivamente sobre as matérias que especifica. Nº 4803

Sugere que seja competência dos municípios instituir os impostos que discrimina. Nº 4804

Sugere que o Brasil não mantenha relações diplomáticas ou comerciais com países que adotem regime de segregação racial. Nº 4805

Sugere que a União possa instituir monopólio estatal para pesquisa, aproveitamento e comercialização de qualquer recurso existente no subsolo do País. Nº 4806

Sugere a instituição do imposto único sobre minerais. Nº 4807

Sugere seja obrigação das empresas transformadoras de bens minerais primários aplicar parte de seus lucros em empreendimentos relacionados ao setor mineral. Nº 4808

Sugere fiscalização das atividades minerárias. Nº 4809

Sugere seja da competência da União, dos Estados e dos Municípios legislar sobre atividades do setor mineral. Nº 4810

Sugere seja paga à União indenização pelo direito de lavra, conforme define. Nº 4811

Sugere a instituição do imposto de importação sobre bens minerais, de competência da União. Nº 4812

Sugere dispositivo, mantendo o monopólio estatal sobre a exploração do urânio e minerais radioativos. Nº 4813

Sugere seja obrigação do Estado oferecer vagas em creches e em pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos e 11 meses de idade, conforme estabelece. Nº 4814

Sugere que se assegure aos deficientes físicos, mentais e sensoriais serviços de atendimento, nas condições que estabelece. Nº 4815

Sugere que o controle da execução da política educacional fique a cargo da sociedade civil, na forma que estabelece. Nº 4816

Sugere seja dever do Estado promover o ensino fundamental, público e gratuito, conforme determina. Nº 4817

Sugere o reconhecimento da posse da terra aos que pacificamente a ocupam e a fazem produzir, conforme estabelece. Nº 4818

Sugere que o poder público controle a fabricação, a distribuição e o uso de medicamentos. Nº 4819

Sugere a criação de uma justiça especializada em questões agrárias. Nº 4820

Sugere que seja garantido à mulher de trabalhador rural, seja qual for o seu estado civil, o direito de ser beneficiada das terras distribuídas pela reforma agrária. Nº 4821

RAIMUNDO REZENDE (PMDB) — Sugere seja dever do Estado tutelar a saúde como direito de todos e dá outras providências. Nº 4071

RITA CAMATA (PMDB) — Sugere norma sobre a instituição do voto distrital para a Câmara dos Deputados, nas condições que estabelece. Nº 4583

Sugere que não se destine verba orçamentária à pesquisa ou à promoção de aborto em seres humanos. Nº 4584

Sugere uniformidade de tratamento, no trabalho, a homens, mulheres e menores; sugere também mecanismos de proteção à mãe que trabalha fora. Nº 4587

Sugere que o Congresso Nacional, no prazo máximo de um ano da promulgação da Constituição, vote um código do consumidor, nas condições que estabelece. Nº 4588

Sugere norma que proíba a isenção do pagamento de impostos e dá outras providências. Nº 4589

Sugere norma que proíba à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir ou aumentar impostos, nas situações e condições que enumera. Nº 4590

Sugere que lei especial estabeleça normas de participação dos trabalhadores na administração colegiada da Previdência Social e nos demais órgãos da administração pública que afetem diretamente a qualidade de vida e o bem-estar público. Nº 4591

Sugere sejam reconhecidos os direitos da família, fundada no matrimônio ou na união sólida entre pessoas, a igualdade jurídica entre os cônjuges e entre os filhos nascidos ou não na constância do casamento. Nº 4592

Sugere seja assegurada a liberdade de iniciativa econômica privada e que a União promova mecanismos de defesa do consumidor. Nº 4593

Sugere sejam adotadas medidas de proteção ao pequeno e médio produtor. Nº 4594

Sugere normas de controle à experiências realizadas na área de biotecnologia em território nacional. Nº 4595

Sugere dispositivos sobre o direito paterno ou materno de visita a filho, fruto de união dissolvida. Nº 4596

Sugere que todo e qualquer projeto de lei que implique aumento de despesa pública seja votado pelas casas legislativas, nas condições que estabelece. Nº 4597

Sugere seja proibida a diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino. Nº 4598

Sugere que lei complementar estabeleça o código de defesa da democracia, conforme estabelece. Nº 4599

Sugere que nenhum aposentado ou pensionista receba quantia inferior do que a que percebia na ativa. Nº 4600

Sugere a destinação de percentual da arrecadação tributária da União para constituição de fundo especial dos Estados e dos Municípios. Nº 4601

Sugere seja competência privativa do Senado Federal a escolha do Presidente e Diretores do Banco Central, nas condições que estabelece. Nº 4602

Sugere sejam mantidos, pelo prazo que estabelece, os benefícios e incentivos fiscais criados pelo Decreto-lei nº 880, de 19 de setembro de 1969. Nº 4603

Sugere que lei especial discipline processo de audiência e assegure ao cidadão o direito de acesso aos assentamentos sobre sua pessoa, na forma que estabelece. Nº 4604

Sugere norma que disponha sobre a redação do preâmbulo da Constituição. Nº 4605

Sugere que as pesquisas e experiências de genética humana, somente, sejam realizadas após consulta e aprovação dos órgãos de fiscalização dos pesquisadores nos termos da legislação específica. Nº 4606

Sugere seja proibido à União conceder isenção de impostos estaduais e municipais. Nº 4607

Sugere normas sobre as prerrogativas e competência do Tribunal de Contas da União. Nº 4608

Sugere norma que disponha sobre limite de idade para candidatos a cargos eletivos do Poder Executivo. Nº 4609

Sugere que o pagamento de tributo seja feito exclusivamente na Unidade da Federação onde se dê o fato gerador. Nº 4610

Sugere que ninguém seja obrigado a realizar tratamentos de saúde ou sanitários, senão por força de lei. Nº 4611

Sugere que a educação permanente seja um direito de todos, conforme especifica. Nº 4612

Sugere que o Senado Federal seja composto de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo voto secreto e direto, nas condições que especifica. Nº 4613

Sugere a criação de escolas para menores carentes, órfãos e abandonados, conforme estabelece. Nº 4614

Sugere que lei complementar estabeleça as condições para a criação de novos municípios, na forma que especifica. Nº 4615

Sugere disposições preliminares relativas à soberania, à República e o direito ao trabalho. Nº 4616

Sugere a isenção de imposto sobre artigos classificados como indispensáveis à habitação, vestuário, alimentação e tratamento médico. Nº 4617

Sugere que a proposta de emenda à Constituição seja discutida e votada em sessão conjunta do Congresso Nacional em dois turnos, na forma que estabelece. Nº 4618

Sugere limite para a menoridade. Nº 4619

Sugere que o orçamento seja enviado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até quatro meses antes do término do exercício financeiro. Nº 4620

Sugere seja competência dos Estados instituir limitações para concessão, instalação e funcionamento de cassinos e estabelecimentos congêneres. Nº 4621

Sugere que a União entregue aos Municípios 50% (cinquenta por cento) do que for arrecadado a título de imposto único sobre combustível e lubrificantes. Nº 4622

Sugere norma sobre a eleição para Governador e Vice-Governador, o mandato e os limites de idade para os respectivos cargos. Nº 4623

Sugere seja competência privativa da Câmara dos Deputados a escolha do Presidente e diretores do Banco Central, nas condições que estabelece. Nº 4624

Sugere que seja vedada a destinação de qualquer importância para pesquisa ou construção de artefatos bélicos nucleares. Nº 4625

Sugere a concessão de bolsas de estudo em todos os níveis de ensino para os estudantes carentes. Nº 4626

Sugere que a Educação seja dever dos Pais e, desde o nível pré-escolar, do Estado. Nº 4627

Sugere a competência exclusiva do Congresso Nacional para a concessão e renovação de linhas interestaduais de transportes coletivos, nas condições que estabelece. Nº 4628

Sugere que o orçamento seja discutido e votado pelo Congresso Nacional, a partir de proposta do Poder Executivo. Nº 4629

Sugere que cada Estado fixe as alíquotas máximas dos tributos de sua competência. Nº 4630

Sugere seja competência da União explorar diretamente, ou mediante autorização ou concessão do Congresso Nacional, os serviços de telecomunicações. Nº 4631

Sugere dispositivo sobre a perda da nacionalidade. Nº 4632

Sugere seja a tortura considerada crime inafiançável, sem direito a anistia ou prescrição. Nº 4656

Sugere norma sobre competência para a iniciativa das Leis, nos termos que estabelece. Nº 4729

Sugere norma que disponha sobre maioria de eleitoral. Nº 4749

RONALDO ARAGÃO (PMDB) — Sugere seja assegurada aposentadoria aos trabalhadores rurais com proventos nunca inferiores aos dos trabalhadores urbanos. Nº 4001

Sugere norma disciplinando a execução de um plano de valorização econômica da Amazônia. Nº 4002

SÉRGIO SPADA (PMDB) — Sugere normas que disponham sobre os direitos do trabalhador. Nº 4231

Sugere norma que determine consulta plebiscitária às populações em cujos territórios pretenda o Estado implementar obras que possam representar risco à saúde humana, ao patrimônio material e ao meio ambiente. Nº 4233

Sugere que todos os brasileiros tenham direito de acesso aos cargos públicos através de concurso. Nº 4234

Sugere norma que tipifique como crime a prática da tortura. Nº 4235

Sugere seja obrigatório o atendimento médico-hospitalar a crianças e adultos, quando em iminente perigo de vida, nos estabelecimentos oficiais ou particulares, independentemente de identificação, registros ou recursos financeiros. Nº 4236

Sugere que o Estado não oriente ou dirija a educação e a cultura segundo conveniência de ordem política, ideológica, filosófica ou religiosa. Nº 4237

Sugere que ao servidor público seja assegurada a percepção integral de seus vencimentos, quando afastado para concorrer a cargo eletivo. Nº 4238

Sugere normas dispondo sobre o exercício do cargo de presidente de sindicato patronal. Nº 4239

Sugere norma sobre a propaganda eleitoral. Nº 4240

Sugere seja assegurado o princípio da isonomia fiscal, e vedada qualquer forma de isenção ou privilégio. Nº 4241

Sugere norma considerando crime eleitoral o abuso do poder econômico na campanha eleitoral. Nº 4242

Sugere seja competência da União decretar o estado de sítio, ouvido o Congresso Nacional. Nº 4243

Sugere que a União mantenha relações com Estados estrangeiros, salvo com os que adotem regimes violentadores dos direitos humanos ou que pratiquem discriminação racial. Nº 4244

Sugere dispositivos sobre o provimento de cargos de direção em sociedade de economia mista. Nº 4245

Sugere norma dispondo sobre a proibição de monopólio na exploração de transporte coletivo. Nº 4246

Sugere dispositivo sobre o capital estrangeiro na aviação civil. Nº 4247

Sugere seja dever do Estado defender e fazer respeitar a Constituição, garantir as liberdades públicas, os direitos individuais e das minorias étnicas, assegurar a integridade do território nacional, e garantir o cumprimento das leis. Nº 4248

Sugere dispositivo que isente de qualquer contribuição os aposentados e pensionistas. Nº 4249

Sugere que seja vedado ao Estado impor qualquer tipo de ônus fiscal sobre a produção e comercialização de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Nº 4250

Sugere dispositivo que regulamente o ingresso de capital estrangeiro no País. Nº 4251

Sugere que haja limites para a cobrança e o pagamento de taxas remuneratórias pelas instalações de crédito. Nº 4252

Sugere que somente a lei possa restringir direitos, liberdade e garantias. Nº 4253

Sugere normas sobre o Tribunal de Contas da União, como órgão auxiliar do Poder Legislativo e outras providências. Nº 4254

SIGMARINGA SEIXAS (PMDB) — Sugere que o Estado assegure o direito à educação pública gratuita em todos os níveis. Nº 4385

Sugere seja assegurado a todos, o direito à saúde, e que se preste assistência integral à mulher e à família. Nº 4386

Sugere que a família, civil ou natural, tenha a proteção do Estado; que a igualdade de direitos e deveres entre o homem e a mulher no que diz respeito à sociedade conjugal e aos filhos seja plena; que os filhos nascidos dentro ou fora do casamento tenham iguais direitos e qualificações, e que a lei regule a ação de investigação de paternidade. Nº 4387

Sugere a concessão de seguro previdenciário a toda classe de trabalhador. Nº 4388

Sugere normas que garantam os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Nº 4389

Sugere que a ordem social tenha por finalidade realizar a justiça social com base nos princípios da função social da maternidade e da paternidade, e sugere a igualdade de direitos entre o trabalhador urbano e o rural. Nº 4390

Sugere que o trabalho doméstico seja considerado atividade econômica para fins de seguridade social. Nº 4391

Sugere que homens e mulheres tenham iguais direitos ao pleno exercício da cidadania, cabendo ao Estado garantir sua eficácia, formal

e materialmente, e dá outras providências. Nº 4392

Sugere dispositivos que assegurem assistência à maternidade, à infância, à adolescência, aos idosos e aos deficientes, e dá outras providências. Nº 4393

SIMÃO SESSIM (PFL) — Sugere seja assegurada imunidade aos vereadores durante o exercício do mandato. Nº 4003

Sugere que, em caso de crime de responsabilidade, o prefeito seja submetido a julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado. Nº 4004

Sugere seja competência dos Estados, estabelecer os requisitos mínimos para criação de novos municípios. Nº 4005

Sugere normas que assegurem a autonomia municipal. Nº 4006

Sugere norma que regulamente a participação dos municípios na arrecadação de tributos federais. Nº 4007

Sugere normas dispondendo sobre a participação dos municípios nas entidades metropolitanas. Nº 4008

Sugere que a iniciativa de leis sobre matéria financeira ou que aumentem a despesa pública caiba tanto ao Presidente da República quanto ao Congresso Nacional. Nº 4009

Sugere seja de competência exclusiva do Congresso Nacional alterar ou rejeitar a proposta orçamentária da União. Nº 4010

Sugere que os subsídios do prefeito, vice-prefeito e dos vereadores sejam fixados pela Câmara Municipal no fim de cada Legislatura. Nº 4013

Sugere a isenção de tributos municipais, salvo as exceções que cita. Nº 4014

Sugere que as transferências negociadas, relativas a auxílio e subvenções para os municípios nos orçamentos da União e dos Estados, fiquem limitadas aos casos que especifica. Nº 4015

Sugere sejam os conselhos de contas municipais órgãos auxiliares da Câmara de Vereadores, onde não houver Tribunal de Contas do município. Nº 4016

Sugere que os municípios tenham autonomia para aplicar as parcelas que lhes couberem de tributos federais e estaduais, de acordo com suas prioridades. Nº 4017

Sugere que todo processo de cálculo das cotas municipais relativas a tributos federais e estaduais, participem, obrigatoriamente, representantes dos municípios, na forma que estabelece. Nº 4018

Sugere que o imposto territorial rural seja lançado segundo o critério que estabelece. Nº 4019

Sugere dispositivo sobre a autonomia dos municípios, intervenção do Estado no Município e a fiscalização financeira e orçamentária a ser exercida pela Câmara Municipal e Tribunal

de Contas, nas condições que estabelece. Nº 4020

Sugere seja competência das Câmaras Municipais fixar a remuneração a ser atribuída aos Vereadores na Legislatura subsequente. Nº 4021

Sugere seja facultado aos Municípios a criação do Conselho Municipal de Contas, como órgão auxiliar das Câmaras Municipais. Nº 4022

Sugere que os campos de treinamento e instrução militar sejam localizados num raio mínimo de 50 (cinquenta) quilômetros de distância dos centros urbanos. Nº 4023

Sugere que somente a União intervenha nos negócios peculiares aos Municípios, nos casos que enumera. Nº 4024

VALMIR CAMPELO (PFL) — Sugere seja competência do Congresso Nacional discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal. Nº 4046

Sugere seja da competência da União organizar o Sistema Nacional de Defesa Civil. Nº 4047

Sugere que a jornada diária do trabalhador não exceda a 8 (oito) horas, com intervalo para descanso. Nº 4048

Sugere que as forças auxiliares, constituídas pelas polícias militares e corpos de bombeiros tenham a competência e as garantias que determina. Nº 4049

Sugere que a legislação do ensino adote remuneração específica para os trabalhos extraclasses realizados pelos professores. Nº 4050

VICTOR FACCIÓNI (PDS) — Sugere que os combustíveis e lubrificantes de veículos coletivos urbanos sejam isentos do imposto de consumo. Nº 4098

Sugere normas sobre a aprovação de resoluções orçamentárias pelo Congresso Nacional. Nº 4099

Sugere percentual a ser aplicado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios no desenvolvimento do ensino. Nº 4100

Sugere normas sobre organização e funcionamento do Poder Legislativo, processo legislativo, competência do Poder Executivo em matéria de iniciativa legislativa, elaboração orçamentária e demais disposições que enumera. Nº 4101

Sugere que a atividade econômica seja realizada pela iniciativa privada, resguardada a ação supletiva e reguladora do Estado e a função social da empresa. Nº 4102

Sugere o prazo de noventa dias para as Assembleias Legislativas elaborarem as constituições dos respectivos Estados, observadas as condições que estabelece. Nº 4103

VICTOR FONTANA (PFL) — sugere normas sobre a composição da Câmara dos Deputados. Nº 4879

Sugere normas sobre os proventos da aposentadoria do trabalhador. Nº 4880

Sugere normas garantindo a função social da propriedade rural. Nº 4881

Sugere princípios que assegurem a todos o pleno exercício da soberania e a gratuidade dos atos necessários à sua realização, nas condições que especifica. Nº 4882

Sugere a participação do Legislativo na elaboração das propostas orçamentárias e dá outras providências. Nº 4883

Sugere sejam estabelecidos em lei estadual os requisitos mínimos para criação de novos municípios, bem como normas sobre a eleição de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores. Nº 4884

Sugere dispositivo sobre a criação de juizados especiais de pequenas causas. Nº 4885

Sugere normas sobre a Justiça do Trabalho. Nº 4886

Sugere normas sobre a ordem e a atividade econômicas, sobre a intervenção do Estado na economia e sobre o abuso do poder econômico. Nº 4887

Sugere seja competência do Ministério Público Estadual arquir a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de lei ou de Ato Normativo Estadual ou Municipal perante a Constituição do Estado. Nº 4888

VIRGÍLIO TÁVORA (PDS) — Sugere disposições preliminares relativas à República Federativa do Brasil. Nº 4889

Sugere que os rendimentos do trabalho assalariado sejam tributados exclusivamente na fonte; que fiquem isentos de impostos os rendimentos dos aposentados, inativos e pensionistas. Nº 4891

Sugere normas sobre direitos e garantias individuais. Nº 4892

WALDECK ORNÉLAS (PFL) — Sugere normas dispondendo sobre as regiões, os Planos Nacionais de Desenvolvimento e a criação dos Fundos Regionais de Desenvolvimento. Nº 4893

Sugere que sejam regidos por estatutos próprios os servidores do Fisco, da Diplomacia, do Magistério, da Polícia, da Magistratura e do Ministério Público. Nº 4894

Sugere seja vedada no serviço público a acumulação de cargos, empregos e funções, em qualquer hipótese. Nº 4895

Sugere dispositivo sobre a composição do Tribunal Federal de Recursos. Nº 4896

WALDYR PUGLIESI (PMDB) — Sugere a competência do Poder Legislativo para dispor sobre a criação, a estruturação e as atribuições de órgãos da administração federal. Nº 4897

**SUGESTÃO Nº 4.001-1**

Nos termos do § 2º, do art. 14, do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, inclua-se o seguinte dispositivo:

"Art. É assegurada a aposentadoria aos trabalhadores rurais que deverão contribuir para a previdência social, levando-se em conta as particularidades da profissão.

§ 1º Os proventos da aposentadoria do trabalho rural, em condições similares, nunca serão inferiores aos proventos da aposentadoria do trabalhador urbano.

§ 2º Lei complementar regulamentará o presente dispositivo, dentro do prazo de 60 dias da sua aprovação."

**Justificação**

É grave a situação do trabalhador rural. A estrutura social concernente ao homem do campo é injusta e colonial.

O crescimento econômico atual, principalmente a industrialização, apóia-se na manutenção e até na ampliação das características arcaicas do campo brasileiro, na exploração do trabalhador e na intermediação comercial que suga o produto de milhões de brasileiros.

O trabalhador rural começa a trabalhar antes dos 15 anos, enfrentando todas as vicissitudes do clima e da temperatura, com assistência médica precária e alimentação deficiente, para encontrar, após 30 ou 35 anos de serviço, o descaso e a indiferença da Previdência Social, com um tratamento discriminatório que apenas beneficia os trabalhadores urbanos.

O Governo já tem feito alguma coisa nesse sentido, mas há, ainda, um longo caminho a percorrer. Entendo que a aprovação deste dispositivo começará a resgatar a dívida social do governo com o homem do campo.

Sala das Sessões da Assembléia Nacional Constituinte, de 1987. — Constituinte **Ronaldo Aragão**.

**SUGESTÃO Nº 4.002-9**

Nos termos do § 2º, do art. 14, do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, inclua-se o seguinte dispositivo:

"Art. Na execução de um plano de valorização econômica da Amazônia, a União repassará aos Governos dos Estados e Territórios durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, a partir de 1988, quantia não inferior a 5% (cinco por cento) da sua receita tributária.

§ 1º O Orçamento Plurianual de Investimento consignará as dotações para a plena execução desse dispositivo.

§ 2º O repasse dos recursos acima referidos aos Governos dos Estados e Territórios será proporcional à densidade demográfica de cada unidade da Região Amazônica.

§ 3º Os recursos serão aplicados, obedecendo às seguintes prioridades: 25% para Educação; 25% para Saúde e 50% para serem aplicados em outros investimentos, a critério do Governo do Estado.

§ 4º Os Governos beneficiados serão obrigados a prestar contas, no final de cada exercício, ao TCU, dos recursos recebidos e a aprovação dessas contas será condição essencial para continuar recebendo os benefícios desse dispositivo."

**Justificação**

O presente dispositivo restabelece o texto da Constituição de 1946, que consignava dotação orçamentária para as regiões menos desenvolvidas do País.

As carências aumentaram, os problemas se multiplicaram, mas, inexplicavelmente, o referido dispositivo foi retirado do texto constitucional e enfrentamos, hoje, uma crise das mais graves na Região Amazônica.

Representamos 53% do Território nacional, mas apesar das nossas riquezas inexploradas e potencialidades reconhecidas, vivemos num estado de penúria agravado pela concentração tributária nas mãos do Governo Federal, o que tem provocado o empobrecimento dos nossos Estados e Municípios.

Não somos considerados, pelo Governo, uma prioridade para os seus investimentos por isso mesmo recebemos sempre as migalhas que caem da mesa dos Estados mais ricos.

Precisamos conquistar os nossos direitos e lutar pelos nossos interesses na Constituinte, fazendo uma Constituição que faça justiça à Região Amazônica, garantindo-lhe recursos mínimos indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Entendo que esses recursos deverão beneficiar, em maior escala, os Estados com maior densidade populacional e conseqüentemente com problemas sociais mais graves, mas achamos também que esses recursos devem ser fiscalizados, na sua aplicação, pois só assim garantiremos a plena execução da nossa política desenvolvimentista.

Sala das Sessões da Assembléia Nacional Constituinte. — Constituinte **Ronaldo Aragão**.

**SUGESTÃO Nº 4.003**

Inclua-se no anteprojeto de texto constitucional, na parte referente aos Municípios, o seguinte dispositivo:

"Art. É assegurado aos Vereadores, no território do Município, as regras desta Constituição sobre imunidades, prerrogativas processuais, subsídios, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas."

**Justificação**

No estudo publicado pelo IBAN, "Em Defesa do Município & o Município na Próxima Constituição", foi proposto que "os Vereadores são agentes políticos eleitos popularmente para exercício de mandato que não difere, substancialmente, do mandato dos parlamentares federais e estaduais dentro do seu âmbito de atuação, que é o Município. Se este passa, como propõe o documento, a ser reconhecido expressamente como parte integrante da Federação, mais ainda se justifica a proposta."

Justo, pois, que se conceda aos Vereadores no território do Município, as mesmas prerrogativas concedidas pela Constituição aos parlamentares federais e estaduais.

É nossa sugestão.

Sala das Sessões. — Constituinte **Simão Sesim**.

**SUGESTÃO Nº 4.004**

Inclua-se no anteprojeto de texto constitucional, na parte relativa aos Estados e Municípios, o seguinte dispositivo:

"Art. No caso de crime de responsabilidade atribuído ao Prefeito, este, depois que a Câmara de Vereadores declarar procedente a acusação pelo voto de dois terços de seus membros, será submetido a julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado."

**Justificação**

Nada justifica o tratamento diferenciado que se dá aos Prefeitos Municipais, pelo Decreto-lei nº 201/67, no caso de acusação de crime de responsabilidade.

De fato, o alcaide é um agente político cujo mandato tem a mesma origem e cujas atribuições, respeitadas as limitações geográficas de seu exercício, têm a mesma natureza que aquelas dos Governadores de Estado e do Presidente da República.

É justo, por conseguinte que, na hipótese em tela, seja ao Prefeito consagrado tratamento assemechado, e, sendo julgada procedente a acusação por dois terços dos membros da Edilidade, seja ele julgado, não por juízo singular, mas pelo Tribunal de Justiça do Estado.

É esse o propósito desta sugestão ao novo texto constitucional que, por eliminar absurda **capitis diminutio** de que são vítimas os burgomestres, há de merecer aprovação.

Sala das Sessões. — Constituinte **Simão Sesim**.

**SUGESTÃO Nº 4.005**

Inclua-se no anteprojeto de texto constitucional, na parte relativa aos Estados e Municípios, o seguinte dispositivo:

"Art. Aos Estados compete estabelecer os requisitos mínimos e a forma de consulta prévia às populações para a criação de Municípios. Caso o Município não preste os serviços essenciais previstos em lei, no prazo de oito anos, o Estado declarará sua extinção."

**Justificação**

Conquanto, anteriormente, fosse prerrogativa dos Estados, a Constituição em vigor estabelece que a competência para a fixação dos requisitos mínimos de população e renda pública, bem como a forma de consulta prévia às populações, para a criação de Municípios, é da União, através de lei complementar.

Entretanto, é muito mais razoável que tal matéria seja atribuição dos Estados, que, de acordo